

ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2012

Aos 19 dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, pelas vinte horas e treze minutos, no Salão da Casa do Povo da Terra Chã, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 3ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Maria Luísa da Cunha Ribeiro.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, agradeceu não só à direção da Casa do Povo da Terra Chã a cedência do espaço, como também ao senhor presidente da Junta de Freguesia o cuidado tido na sua preparação. De seguida, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista

Anabela Mancebo Gomes, António Toledo Alves, Carlos Jorge Belerique Ormonde, Fábio António Lourenço Vieira, Hélio Manuel Melo Vieira, João Carlos Castro Tavares, João Luís Sanchez dos Santos, João Manuel Teixeira Salvador, João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes, José Gabriel Pimentel da Silva, Luís Leonel Teixeira Salvador, Manuel Gabriel Martins Gomes, Maria Luísa da Cunha Ribeiro, Paulo Ângelo Toste Vieira, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Salvador da Rocha Lopes, Sérgio Manuel Pedro Cardoso, Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Deputados municipais independentes

José Cipriano de Sousa Martins.

Grupo Municipal do Partido Social democrata

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva, Carla Eduarda Borges Terra, Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins, Carlos Manuel Pinto Pinheiro, Guilherme Ferreira de Melo, Honorato Bettencourt Lourenço, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Manuel Conde Bettencourt, Mónica Reis Simões Seidi, Rómulo de Ficher Correia.

Do CDS-PP

José Alberto Moniz Borges, Maria Eduarda Ferreira Borba, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Da Câmara Municipal

Anselmo José Rocha Barcelos, António da Silva Gomes, Fernando Francisco de Paiva Dias, José Élio Valadão Ventura, Sofia Machado do Couto Gonçalves.

A ata da sessão anterior foi posta à discussão e votação sendo aprovada com 26 votos a favor e 3 abstenções.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente, colocando-o à disposição dos líderes parlamentares:

– Convocatória para o XX Congresso da Associação dos Municípios Portugueses:

Ao abrigo do disposto N.º 3 do artigo 8.º dos estatutos da Associação Nacional de Municípios, convoco esse município para participar nos trabalhos do XX congresso extraordinário da Associação Nacional de Municípios Portugueses a ter lugar a partir das 11 horas do dia 29 de setembro de 2012 no Centro Nacional de Exposições de Santarém com a seguinte ordem e trabalhos:

Ponto 1 – Ratificação do Regulamento do XX congresso.

Ponto 2 – O papel das Autarquias Locais no país.

Ponto 2.1 – Autonomia do Poder Local.

Ponto 2.2 – Lei das Finanças Locais.

Ponto 2.3 – Reorganização Territorial do Estado.

B - PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Sr. Jorge Silva, presidente da Assembleia de Freguesia da Terra Chã: – Muito boa tarde a todos. Sejam bem-vindos à Terra Chã.

O assunto que me traz aqui hoje é um dos pontos da vossa ordem de trabalhos, um voto de protesto contra as atitudes da Sociedade de Promoção, Reabilitação de Habitação e Infraestruturas (SPRHI).

Este voto de protesto foi apresentado na ordem de trabalhos da reunião anterior da Assembleia Municipal mas, por circunstâncias diversas, acabou por redundar na feliz coincidência de vir a ser discutido aqui na freguesia da Terra Chã, depois de muitas reações e de alguma troca de correspondência. Não sei se essa correspondência será do conhecimento de todos os membros da Assembleia Municipal; se não for, certamente alguém a fará chegar a todos.

Seria bom que os problemas fossem resolvidos com a mesma velocidade com que são correspondidos entre as pessoas que acabam por ser afetadas por tabela com o que está escrito no voto de protesto.

A Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia da Terra Chã têm a plena consciência do que está escrito no documento que vos foi distribuído. Temos a consciência de que o que está escrito é grave, se comenta pelos cafés e nunca chega às mesas das reuniões mas desta vez chegou.

Tudo o que está escrito, como tendo sido referido por um membro do conselho de administração da SPRHI, foi de facto proferido pela boca desse elemento do conselho de administração da referida empresa.

Se alguém necessitar de confirmação seja de que tipo for, tenho as minhas notas pessoais manuscritas com a ferrugem do clip, por estarem prontas desde o dia da reunião em janeiro, com o mesmo esquema de tirada de apontamentos que uso desde o tempo de estudante quando colocava entre aspas o que os professores diziam.

O que foi dito a respeito do problema da falta de limpeza do conjunto habitacional da Terra Chã, (o bairro social), é que a junta de freguesia já não recebe dinheiro para fazer esse trabalho porque a SPHRI queria assumir essa responsabilidade; contratou um funcionário para o efeito mas esse trabalho nunca foi feito.

A Junta e a Assembleia de Freguesia debruçaram-se várias vezes sobre o problema, foram enviados vários ofícios que podem ser consultados e nunca obtiveram resposta. No entanto, um morador, cidadão como qualquer um de nós, escreveu à SPHRI que lhe respondeu antes de o fazer à Junta ou à Assembleia de freguesia, mesmo após o envio de vários ofícios. Felizmente para esse morador, a correspondência terá ido parar à secretária certa. Infelizmente para a SPHRI, a resposta dada a esse morador chegou à nossa mesa. Ficámos atónitos, o que reforçou a nossa indignação, porque não tínhamos direito a resposta enquanto um morador tinha.

Fomos muito pacientes ao longo de vários meses mas, na fase posterior do desespero, (porque os votos de protesto foram sendo aprovados por unanimidade na Assembleia de Freguesia), ameaçámos que iríamos para a comunicação social. Antes que isso acontecesse lá chegou miraculosamente a resposta da SPHRI a marcar uma reunião com o presidente da Assembleia de Freguesia, o presidente da Junta e um membro do conselho de administração, o mesmo que reconheceu as coisas que estão escritas no documento que vos foi distribuído.

O que está no voto de protesto e eventualmente será lido, discutido, debatido, contestado e até possivelmente refutado, aconteceu realmente. Aqui não há espaço para interpretações do que foi dito. O nosso espanto deve-se ao facto de que, o que está escrito, corresponde ao que foi dito.

O meu espanto foi tal que não abri a boca nos primeiros quinze a vinte minutos dessa reunião com o conselho de administração da SPHRI. Ele falou muito, o senhor presidente da junta falou pouco. Nesse período reconheceu algumas das coisas que estão escritas e disse outras depois.

A primeira vez que abri a boca foi para lhe perguntar apenas isto: «O senhor quem é?» Ele ficou surpreendido e disse: «Se calhar devia ter-me apresentado melhor. Eu sou o fulano de tal, vogal do conselho de administração».

Referi que apenas me queria certificar que o senhor era vogal do conselho de administração porque estava espantado com o teor do que acabara de ouvir e não queria acreditar que um vogal de um conselho de administração de uma empresa de tal calibre dissesse o que o senhor disse.

O que está aí escrito não é uma questão de interpretação. É factual, aconteceu, tenho aqui as minhas notas pessoais a comprová-lo; valem o que valem mas foi isso que foi dito. Muito obrigado a todos.

C. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Rómulo Correia: – Exmo. senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, Exma. Câmara Municipal, caros senhores deputados municipais. Dou-vos as boas vindas à freguesia da terra Chã e espero que passem um bom bocado connosco.

Queria também aproveitar a oportunidade para agradecer à direção da Casa do Povo por ter disponibilizado este belíssimo salão para realizarmos a reunião da Assembleia Municipal. Informo também que no final da reunião teremos um «pica pica» ali ao lado.

Sr. presidente da Mesa: – Muito obrigado. Saberá que o senhor não ia ser excluído da Assembleia e não se ia portar mal.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Exmo. senhor presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exma. senhora presidente da Câmara, senhores vereadores, colegas deputados.

Começo por um assunto que me é particularmente caro, foi objeto de intervenções minhas nesta Assembleia Municipal por mais que uma vez e tem a ver com as famigeradas máquinas de estacionamento da cidade de Angra.

O outro dia desloquei-me à Praia e alguém me disse algo do qual nunca me tinha apercebido porque sou um bocado distraído. No concelho da Praia os preços do estacionamento são diferentes assim como o processo de execução de eventuais punições ou coimas; os elementos intervenientes na fiscalização também são outros.

Segundo o que me disseram, no concelho da Praia há uma firma que certamente terá ganho o concurso para a exploração das máquinas de estacionamento e tem os seus próprios funcionários a fiscalizarem os carros que se encontram estacionados.

Também me disseram que as medidas punitivas, a coima ou o «castigo» pelo abusador que não paga, são completamente diferentes das que são usadas em Angra. O funcionário da firma identifica a viatura e o máximo que o utente prevaricador paga não excede os 8 ou 9 euros, o equivalente a um dia inteiro de estacionamento no local.

A nossa cidade património tem um sistema diferente. É a Polícia de Segurança Pública que faz a fiscalização o que até é mau para a sua imagem porque todos os municípios comentam com um ar trocista e sorridente: «Lá vêm estes! Até vêm aos pares mexericarem os bilhetinhos dos carros para verem se está tudo em ordem. Porque é que estes indivíduos não vão desempenhar a sua verdadeira função de polícias, que não será certamente, a fiscalização de carros mal estacionados? Porque é que não entregam isso a um particular?»

Como temos pouca polícia, talvez fosse bom que desempenhassem as funções para as quais foram formados e deixassem estes problemas menores da fiscalização de estacionamento para outras entidades.

Pedia à senhora presidente da Câmara que tentasse verificar se o que estou a reportar corresponde à verdade e se será possível que, em próximo concurso, se considere a possibilidade de a própria firma concessionária das máquinas de estacionamento fazer também a fiscalização, libertando assim a PSP para tarefas mais nobres e mais importantes do que estas de verificação de estacionamento.

Gostaria que esta questão fosse motivo de preocupação, uma vez que, segundo parece, estamos em fase de preparação do concurso que promoverá a aquisição desse futuro serviço.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Tenho algumas questões a colocar à senhora presidente relacionadas com temas que estão na ordem do dia. Em primeiro lugar peço-lhe que nos preste alguns esclarecimentos sobre o processo dos nadadores-salvadores visto que o mesmo suscitou polémica, inclusivamente na comunicação social. Gostaríamos de ser elucidados quanto à transparência e ao modo como o concurso foi realizado.

Em segundo lugar, gostaria de falar de uma situação denunciada pelos munícipes residentes na zona e que tem a ver com a colocação de candeeiros de iluminação no Caminho do Meio de S. Carlos.

Se já era polémico o colorido calcetamento ao estilo de «*Yellow brick road*» do Feiticeiro de Oz, numa zona nobre no nosso Concelho, o qual já foi motivo de duas recomendações aprovadas nesta Assembleia Municipal que visavam a substituição daquele pavimento por outro que se adequasse mais àquela zona em que há limitações de circulação de peões pelo reduzido tamanho do passeio, nas áreas em questão e numa fase em que também se cortam árvores no concelho para proceder à correção dos passeios e permitir a passagem de peões com ou sem limitações físicas, no Caminho do Meio de S. Carlos, colocaram-se agora postes de iluminação que obrigam os peões a deslocarem-se para a via de circulação porque todo o passeio está ocupado por um candeeiro.

Gostaria que me explicasse como é possível fazer-se uma coisa dessas em vez de se aplicar iluminação suspensa, nomeadamente nos muros da zona onde é possível fazê-lo, à semelhança do que acontece no centro da cidade. Pergunto se não deveria ter sido ali acautelada uma situação dessas.

No seguimento desta preocupação gostaria de voltar a referir a questão dos passeios nas imediações da escola de S. Carlos. O ano letivo chegou ao fim e gostaria de saber se está previsto o aproveitamento das pausas letivas e a diminuição dos miúdos ali na zona da escola para se promover algum tipo de melhoramentos, quer nas condições dos passeios nas imediações da escola, quer ao nível de alterações de trânsito naquele local.

Os perigos são muitos e terão sido raras as vezes que nos reunimos em Assembleia Municipal em que estas preocupações não tenham sido levantadas, porque todos tememos que, mais cedo ou mais tarde, ocorra ali uma tragédia com uma criança devido às dificuldades com o trânsito naquela zona.

Temos também que voltar a falar na questão das térmitas no concelho. Se em anos anteriores houve alguma preocupação com campanhas de sensibilização, com colocação de armadilhas, ou com alguns procedimentos que visavam uma chamada de atenção para o problema ou, pelo menos, mitigar algumas das consequências das migrações das térmitas deste período da revoada em que agora vamos entrar, neste momento, ao que me parece, todo o tipo de preocupação com as térmitas no concelho está numa fase de pausa.

Gostaríamos que a senhora presidente nos desse mais alguns esclarecimentos acerca do que está a ser feito, sobretudo nesta época em que as térmitas saem do interior das madeiras para criarem novas colónias.

No seguimento de uma Recomendação aprovada em Assembleia Municipal na freguesia de Santa Bárbara, com vista à realização de melhorias nos edifícios escolares das Cinco Ribeiras, Santa Bárbara e Doze Ribeiras, face à desistência de construção da Escola de Santa Bárbara nos moldes inicialmente previstos, gostaria de saber se também estão pensadas algumas medidas para efetuar melhorias nesses edifícios escolares no final do ano letivo.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Senhor presidente da Assembleia Municipal, senhora presidente da Câmara e senhores membros da vereação, senhores deputados municipais, senhores residentes da Terra Chã. Muito boa noite a todos.

Agradeço a todas as pessoas que aqui se deslocaram e agradeço também a forma como nos receberam, tratamento que vem sendo habitual quando a Assembleia Municipal de Angra se desloca a uma freguesia do nosso concelho.

Uma vez por ano reunimos fora dos Paços do concelho, uma medida que considero muito importante e que nos permite uma aproximação às freguesias. É com agrado que hoje estamos na freguesia da Terra Chã.

Quando comecei a ver movimento na calçada do Caminho do Meio de S. Carlos pensei que finalmente tivessem sido cumpridas as 2 recomendações aprovadas por unanimidade pela Assembleia Municipal para que aquela calçada moderna fosse substituída pela calçada típica portuguesa, algo que foi exigido de forma ainda mais rígida pela bancada do Partido Socialista.

Numa altura em que ouvimos o Secretário Regional das Obras Públicas dizer que está a ligar luz sim, luz não, para se poupar na conta da eletricidade, entristece-nos ver que ali se seguiu o caminho oposto e não se fez o que propusemos. Recordo que a Assembleia Municipal se manifestou no sentido de se dar continuidade à traça arquitetónica e paisagística para que se valorizasse aquela zona com a mudança da calçada.

Se acabei de fazer uma crítica às Obras Públicas, tenho também um elogio a fazer: finalmente, após o pisca-pisca que durou 2 anos, parece que os semáforos do Caminho de Baixo estão a funcionar continuamente há mais de 1 mês; finalmente acertaram porque, da primeira vez que os ligaram, apenas funcionaram durante 24 horas. Ainda bem que assim foi, porque as outras opções, tipo lombas, são bem piores.

Há dois anos, quando reunimos na Serreta, a nossa bancada apresentou uma proposta para um parque ou zona de campismo naquela zona para dar apoio às festas da Serreta e por se tratar de uma zona muito procurada no verão. A proposta foi rejeitada porque havia indicação da parte do Governo Regional que seria lá construído um parque de apoio desportivo que substituiria a nossa pretensão de um parque de campismo.

Já passou um verão e vamos a caminho do 2º aniversário dessa recusa por parte da Assembleia Municipal em aprovar uma proposta para que a Câmara se empenhasse num parque de campismo naquele local. Parece que o dito parque previsto pelo Governo Regional ficará para o próximo governo caso este entenda dar-lhe seguimento.

Deixamos aqui esta nota, dando conta que, infelizmente, se comprovaram as nossas piores previsões de que nada esperaríamos para a Serreta por parte do Governo Regional.

Gostaria também de saber se há alguma informação relativa ao fim da obra do troço do Caminho de Baixo em S. Mateus que foi escavado por uma empresa pública. Há 6 meses apresentámos um voto de protesto em relação a esse assunto que foi rejeitado pela bancada do Partido Socialista argumentando que a obra não estaria concluída. Passaram 6 meses e, aparentemente, a obra ainda não está finalizada. Gostaria de saber se essa mesma bancada tem algumas informações ou previsões em relação à conclusão da dita obra.

Finalmente, estou satisfeito por termos o ar condicionado a funcionar. Fico contente porque transpiro menos e gastamos menos água.

Sra. presidente da Câmara: – Agradeço à Junta de Freguesia da Terra Chã e à Casa do Povo a forma como nos receberam neste dia de Assembleia Municipal. Agradeço também antecipadamente a lembrança e o mimo com que nos presentearão no final da reunião.

A questão colocada pelo senhor deputado Manuel Conde relacionada com as máquinas dos parquímetros da cidade já foi referenciada por diversas vezes na Assembleia Municipal. As situações que referenciou de mau funcionamento foram acauteladas no programa de concurso para o novo procedimento a decorrer neste momento e já foi para publicação. É um concurso com publicidade internacional que terá de estar concluído até outubro, altura em que terminará o atual contrato e a situação estará acautelada até lá.

Quanto à opção tomada pela Praia da Vitória, em que a mesma empresa explora e fiscaliza, em Angra foi tomada exatamente a mesma opção, visto que a empresa que explora os equipamentos tem também a seu cargo a respetiva fiscalização. No entanto, optou por pagar à PSP para proceder a esse trabalho, de forma extraordinária. Os agentes estão em trabalho remunerado fora do horário de serviço da PSP, em contrato realizado pela própria empresa.

Futuramente as coisas funcionarão em separado, porque a legislação em vigor já não permite que a empresa exploradora proceda também à respetiva fiscalização.

Em relação à questão que foi colocada pelo deputado Luís Rendeiro relativa aos nadadores-salvadores, os procedimentos para a sua contratação são feitos pela CULTURANGRA e o concelho da Praia faz exatamente o mesmo. As contratações são feitas para o período da época balnear definida pelo município de Angra no período entre 15 de Junho e 15 de Setembro.

Os municípios de Angra e Praia dividem as despesas da contratação de um formador, que cá se desloca vindo do continente, para dar formação a quem se mostrar interessado. Essa formação é obrigatória para o exercício das funções de nadador-salvador.

Como disse, as despesas são divididas entre os municípios. Um esforço feito há algum tempo que faz todo o sentido. Os candidatos inscrevem-se, pagam a respetiva matrícula e a formação de nadador-salvador é válida, salvo erro, durante 3 anos.

Os nadadores-salvadores não são classificados com uma pontuação. Apresentam o certificado de «apto» na CULTURANGRA mas não existe propriamente uma classificação. Sei que há provas de admissão ao curso e quem não atingir os mínimos necessários será excluído. As provas foram realizadas no âmbito da formação que foi, inclusive, promovida pela Capitania.

Este ano houve uma procura muito grande, contrariamente ao que tem acontecido. O concelho de Angra precisa de 18 nadadores-salvadores, número que tivemos o ano passado. Este ano tivemos 32 inscrições para o curso, o que demonstra as necessidades das pessoas, nem que seja pela oportunidade de um trabalho durante apenas três meses.

A CULTURANGRA não está obrigada a proceder a qualquer concurso, apesar de se tratar de uma pessoa coletiva de direito público pertencente ao setor empresarial local. Não tem competência para constituir uma relação pública de emprego, porque não lhe é aplicável o regime jurídico de vinculação de carreiras e remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, como consta da lei nº 12/A de 27 de janeiro. Não se encontra abrangida pelo âmbito da aplicação, objeto do artigo 3º do referido diploma. Assim sendo, não haveria qualquer obrigação por parte da CULTURANGRA em proceder a um concurso como procedeu.

A empresa municipal poderia ter simplesmente procedido a um contrato de trabalho direto com as pessoas, mas não foi entendido dessa forma. Optámos por abrir esse concurso público por uma questão de transparência e para que as pessoas pudessem concorrer.

O curso terminou no dia 5 e já se tinha avisado que a CULTURANGRA procederia às entrevistas das pessoas interessadas no dia 6. No dia 7 foi feriado e no dia 8 iniciaram-se os contactos para informar da respetiva contratação. Foi elaborado um procedimento que previa vários critérios, nomeadamente a atividade profissional positiva, a entrevista e a avaliação curricular.

A atividade profissional positiva pesava 20%, a entrevista pesava em 50% e a avaliação curricular tinha um peso de 30%. Acresce ainda esclarecer que, no que diz respeito à atividade profissional positiva, a quem já possuísse experiência seriam ponderados certos fatores como: a assiduidade, a postura, a pontualidade, a satisfação profissional e dos utentes, a disponibilidade, a ausência de comportamentos desviantes e a antiguidade.

Através da entrevista eram avaliadas várias situações, cada uma delas pontuada de 0 a 20, como a qualidade da experiência profissional, a capacidade de comunicação, a capacidade de relacionamento interpessoal, as motivações, o interesse, a disponibilidade pessoal, (um aspeto fundamental neste processo que veio agora a público) e os conhecimentos específicos das funções a desempenhar.

De todos estes procedimentos, era calculada uma média e a pontuação de cada um dos candidatos. As médias foram calculadas, os candidatos obtiveram a sua classificação e ficaram colocados numa determinada ordem.

O ano passado e em anos anteriores, tem havido dificuldades na contratação de pessoal, algo que já referi aqui e em reunião de Câmara. O ano passado a CULTURANGRA estabeleceu pela primeira vez um protocolo com o Regimento para que os seus militares assegurassem o serviço de nadador-salvador em algumas zonas, o que resultou particularmente bem, visto que esses nadadores-salvadores acabaram por colmatar as falhas em termos de contratação.

Este ano entendemos que devíamos dar continuidade a esse protocolo. O Regimento indicou que poderia disponibilizar 6 efetivos, restando 12 postos de trabalho para ocupar. Desses 12 lugares deu-se prioridade aos critérios que referi dentro da formação profissional.

Estava previsto já no próprio programa da seleção um documento interno que tinha sido elaborado com prioridade à formação dos nadadores-salvadores mas também havia pessoas com formação na área de socorrismo, bombeiros, enfermagem, etc. Todos esses aspetos foram tidos em devida conta, porque estava em causa a avaliação curricular, e foi elaborada uma lista.

A respeito do caso que vem agora a público, no meu entender houve uma falha da CULTURANGRA que tem de ser assumida em termos de resposta ao pai de um dos candidatos. O senhor procurou os serviços e não obteve uma resposta imediata. Em primeiro lugar não conseguiu falar telefonicamente com as pessoas na altura, no sábado enviou um *e-mail* e obteve a resposta na sexta-feira seguinte.

A demora de menos de uma semana num expediente normal não seria relevada como muito importante mas o senhor ficou com a ideia de que se passara muito tempo porque via a época balnear a aproximar-se a passos largos. Falhámos na resposta rápida ao senhor que poderia ter sido dada mais rapidamente, apesar de alguns feriados pelo meio.

No que respeita a favorecimentos e a outras questões que foram colocadas sobre possíveis faltas de transparência, confesso que discordo em absoluto. Não estive diretamente envolvida no procedimento mas tenho total confiança nos técnicos envolvidos; são pessoas que eu entendo da máxima confiança porque são totalmente isentos e esforçaram-se por fazer mais

do que lhes era exigido por lei. Organizaram as tabelas e as entrevistas, criaram os critérios necessários, o que me leva a entender que a nossa falha deu-se em termos de comunicação e não em termos de procedimento.

Em relação à outra questão relativa aos candeeiros de iluminação no Caminho do Meio de S. Carlos, não podemos estar mais de acordo. Aquela é uma estrada regional e essa situação já foi também referida em reunião de Câmara. Informei que iria reunir e tentar rapidamente ver o que seria possível fazer. Não vejo sentido nenhum no que está ali a ser feito; os candeeiros estão a ser colocados a meio da via, impossibilitam o trânsito e criam dificuldades aos munícipes.

No que respeita às térmitas, isto é um trabalho que já vinha de trás. Tinha sido solicitado um trabalho de avaliação da sua expansão em termos municipais. Esses resultados já nos foram entregues pela equipa que elaborou o referido estudo e ficámos a saber que as térmitas continuam em expansão. Não conseguem assegurar que os munícipes tenham aplicado os equipamentos a 100% e da forma mais correta mas, mesmo assim, dá para avaliar que as térmitas são um problema real que tem de ser rapidamente resolvido.

Não sei se na Assembleia Municipal ou em reunião de Câmara, eu já tinha respondido a esta situação em que, por força da legislação, foram retiradas à autarquia as competências em termos de térmitas. A Câmara perdeu essas competências que transitaram para o governo regional. No entanto, não nos queremos eximir das nossas responsabilidades, que são relativas em termos de Pareceres e de urbanismo, mas não em termos de intervenção.

Neste momento já existe uma proposta para um novo estudo e uma nova avaliação mas, mais do que andar de estudo em estudo, pretendemos uma ação preventiva e estamos dispostos a tomar quaisquer tipo de medidas apesar das dificuldades em percebermos quais serão as ideais.

Se esta fosse uma situação fácil de resolver já estaria resolvida porque se trata de um problema mundial e não só aqui da Terceira ou dos Açores. Segundo os especialistas, as térmitas não poderão ser totalmente erradicadas, apenas se podendo reduzir o seu impacto e tentar evitar a sua expansão. Precisamos de saber que medidas serão tomadas por parte do governo regional para que a Câmara possa avaliar o que também poderá eventualmente fazer.

Em relação às melhorias nos edifícios escolares das Cinco Ribeiras, Santa Bárbara e Doze Ribeiras, já foi aprovado o Parecer prévio em reunião de Câmara. Foi também solicitado que fosse revisto e adaptado o projeto da escola de Santa Bárbara que está neste momento a ser intervencionada. Foi excluída a questão do 2º ciclo, mantendo-se uma escola do 1º ciclo com um pavilhão que depois servirá toda aquela zona da ilha na componente desportiva. O projeto está a ser elaborado e revisto para se adaptar a estas características.

A escola das Cinco Ribeiras está extremamente carenciada de intervenção ainda que seja por um período de 1 ou 2 anos e vai ser realizada pelos serviços da Câmara. As intervenções nas escolas de Santa Bárbara e Doze Ribeiras serão mais ligeiras visto que ambas sofreram intervenções recentes e encontram-se em melhores condições do que a escola das Cinco Ribeiras.

Em relação à questão dos movimentos do fim de obras no Caminho de Baixo colocada pelo deputado Nuno Melo Alves, peço um pouco mais de tempo porque não sei de cor e responderei com mais clareza no decorrer da reunião da Assembleia.

Sr. d. m. José Alberto Borges: – Muito boa tarde senhor presidente da Assembleia, Exma. Câmara Municipal, senhores deputados municipais, população da Terra Chã.

Dadas as dificuldades que os clubes desportivos vivem atualmente, pergunto se seria possível à Câmara Municipal informá-los sobre os apoios com que poderão contar antes do começo da época desportiva para que possam programar a sua gestão e não entrem em loucuras contando com apoios que posteriormente poderão não corresponder às suas expectativas.

Numa reunião anterior da Assembleia Municipal já felicitei os Matraquilhos pela conquista do campeonato de Futsal na série Açores. Como esta freguesia tem um grande movimento desportivo, gostaria que fosse contemplada com um pavilhão porque sou favorável à construção de pavilhões onde existe desporto e, como homem do desporto, não acho que devam ser construídos para a realização de jantares ou casamentos.

Voltando ao assunto das touradas à corda, gostaria de informar a senhora presidente da Câmara que li o regulamento e não encontrei lá nada que diga que compete à PSP indicar o número de efetivos presentes em cada tourada. Se calhar merecia uma leitura mais aprofundada e um entendimento entre ambas as câmaras.

Tenho aqui um documento sobre uma tourada no Corpo Santo em que 11 polícias custaram a módica quantia de 537,33€. Já se conseguiu algum avanço porque penso que agora já não há 2 polícias em cima das gaiolas; há apenas 1 mas continua a verificar-se um aumento significativo de guardas nas touradas...

Sr. presidente da Mesa: – Queira concluir senhor deputado.

Sr. d. m. José Alberto Borges: – Já vou concluir. Agora vai ser criada uma associação de mordomos para trabalhar nesse assunto e talvez possa fazer com que se evolua reduzindo as despesas para as comissões de festas.

Sr. d. m. José Gabriel Pimentel da Silva: – Senhor presidente da Assembleia e respetiva Mesa, Exma. Câmara, caros colegas, Exmo. público, muito obrigado pela vossa presença; temos aqui a prova que são responsáveis pelo concelho onde vivem. Para além das reuniões realizadas nas freguesias, acho que deviam também marcar presença em todas as reuniões da Assembleia Municipal realizadas na nossa sala de reuniões.

Agradeço ao colega Rómulo de quem não se esperaria outra coisa; estamos numas boas instalações e este é o exemplo do que deve ser uma verdadeira Casa do Povo, uma das primeiras construídas nesta ilha. Se todas tivessem seguido o exemplo desta, talvez não andássemos em guerras sobre pavilhões de freguesias ou outras coisas do género.

Passando ao ponto da Ordem de Trabalhos, quero congratular-me com a Câmara pela disponibilização e distribuição de veneno às juntas de freguesia. Têm sido distribuídas várias toneladas pelas freguesias todos os anos mas fico em dúvida se esse veneno serve para o fim a que foi destinado; é um veneno para domicílios e não para o meio rural, para onde julgo que a maior parte é canalizada.

Infelizmente, continuamos a ter prédios devolutos e abandonados que contribuem para um aumento dos ratos no nosso concelho. Nos celeiros de Angra está a criar-se uma colónia de ratos que já invadem os quintais das moradias da avenida Dr. Henrique Brás.

Acho que a Câmara deveria prestar mais atenção a esta situação e proceder a uma desratização, porque não se sabe quando aqueles silos serão demolidos. Julgo que é a altura de

se começar a pensar na saúde das pessoas antes que os ratos comecem a passear nas nossas avenidas que agora até estão muito bem arranjadas.

Quero fazer outra pergunta à Câmara de Angra: não sei nem me interessa se o hotel do Canta Galo está em vias de ser finalizado mas preocupa-me a sua acessibilidade. Já foi reparada a estrada desde o Porto das Pipas e o monumento do meu amigo Alberto Cambado como referi numa reunião anterior, mais conhecido pelo monumento DaCosta.

Estamos a aproximar-nos das Sanjoaninas; aquela estrada é um excelente miradouro para se assistir à tourada ou às provas náuticas e não sei com que autorização ou legalidade o senhor construtor do hotel mantém aquele espaço público fechado, quer junto à antiga TERCON, quer junto à Sede da junta de freguesia.

Acho que a Câmara deveria verificar se está tudo legalizado e contribuir para que, pelo menos neste período, aquela rua servisse para que as pessoas pudessem estacionar os seus carros e o miradouro permitisse acompanhar os vários programas culturais, recreativos e desportivos inseridos nas nossas Sanjoaninas.

Na última Assembleia, a senhora presidente da Câmara disse que não renovaria as licenças dos bares do Porto das Pipas, se eles não apresentassem os projetos. Gostaria de saber se as licenças foram renovadas e se os proprietários dos bares cumpriram com os projetos que lhes eram exigidos.

Para terminar, queria congratular-me com o andamento das estradas na minha freguesia e, como o 25 de abril nos deu liberdade para exprimirmos os nossos pensamentos, o que vou dizer é meu e de mais ninguém: agora é que me apercebi que a avenida Álvaro Martins Homem fica muito mais bonita com uma panorâmica linda da qual eu nunca me tinha apercebido enquanto as árvores lá estavam. Na qualidade de cidadão, e não como presidente de junta, peço que plantem ali árvores de porte mais reduzido.

Sugiro que passem por aquela avenida porque, decerto, repararão numa vista que nunca viram: os ilhéus ao fundo, a rotunda e a zona litoral nascente que antes não conseguíamos ver devido às árvores de grande porte que lá estavam. Não sou contra as árvores ou a favor do abate pelo abate mas julgo que aquilo não ficou feio; eu gosto.

Sr. d. m. Guilherme Melo: – Senhor presidente da Assembleia Municipal, Exma. Mesa, senhora presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, Exmo. público, boa tarde a todos.

Faço um alerta à Câmara Municipal a respeito dos arruamentos da nossa cidade. Hoje testemunhei um episódio que me pareceu caricato e traduz a falta de planeamento dos trabalhos por parte da entidade executante, a TECNOVIA.

Íamos no *minibus* a subir a rua doutor Henrique Brás e, ao virarmos para a Praça Almeida Garrett, um funcionário daquela empresa mandou parar e disse à motorista que na próxima viagem não poderia passar por ali porque iam abrir uma vala. Quanto a mim, o empreiteiro não terá apresentado o devido planeamento dos trabalhos à Câmara Municipal. Na avenida junto da rotunda também houve má orientação do trânsito.

Alerto a Câmara para que exija à entidade executante um melhor planeamento dos trabalhos porque as leis devem ser cumpridas em termos da segurança do público e dos próprios trabalhadores.

Se era necessário o encerramento daquela rua, a situação deveria ter sido comunicada atempadamente com uma melhor informação aos transeuntes, por exemplo, com a habitual informação nos jornais. A Câmara deve exigir uma melhor sinalização dos trabalhos efetuados.

Sr. d. m. João Maria Mendes: – Muito boa tarde senhor presidente, Senhora Câmara, senhores deputados, Exmo. público.

Dado que estamos a tratar de assuntos de interesse concelhio, pedi a palavra para me congratular com o desfecho das obras de reconstrução do hospital da Boa Nova, passados muitos anos.

Segundo li nos jornais, foi finalmente assinado o contrato para a recuperação daquele imóvel. Espero que as obras decorram com a celeridade e normalidade possíveis e que, muito em breve, possamos finalmente ter a coleção militar visível e à disposição dos habitantes da ilha Terceira e de todas as pessoas que nos visitam.

Creio que, depois de todas as peripécias que envolveram a transferência daquele edifício para a região, tenhamos finalmente um núcleo muito importante do nosso museu que infelizmente tem estado guardado em armazém por falta de espaço para a sua musealização.

Foi um marco importantíssimo para a cultura e para o restauro de um imóvel que será provavelmente um dos mais antigos, se não o mais antigo hospital militar existente em Portugal.

Sr. d. m. José Gabriel Pimentel da Silva: – Intervenho para replicar o que foi dito pelo deputado Guilherme Melo. Oficiámos a Câmara aquando as obras realizadas nas avenidas, porque recebemos queixas na junta de freguesia devido à falta de sinalização.

Essa sinalização pode ser feita através de semáforos portáteis ou com outro tipo de sinalização manual com aquela raquete verde e vermelha usada pelos funcionários da TECNOVIA. Constatei que se estão pura e simplesmente marimbando para os carros que ali circulam.

A Câmara deve exigir que a lei seja cumprida porque as entidades têm a seu cargo a responsabilidade da segurança dos transeuntes enquanto realizam as obras na via pública.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Queria voltar à questão dos nadadores-salvadores porque há que tirar algumas lições do que correu mal. Penso que fica bem à Câmara e à CULTURANGRA a assunção dos erros que cometeram mas há algumas questões que me preocupam neste concurso.

A Câmara não pode correr o risco de oscilações de candidatos a nadadores-salvadores de ano para ano. Penso que é bastante positivo que seja assegurada uma estabilidade do fornecimento desse serviço através deste protocolo com o Exército mas também seria expectável que, num ano de crise e de falta de emprego, a juventude aproveitasse todas as oportunidades de um trabalho no concelho nem que fosse por 3 meses; foi o que aconteceu e a situação era previsível.

O que me preocupa são as questões relativas ao concurso em si e à escolha dos outros candidatos. Independentemente do que a empresa municipal CULTURANGRA está obrigada a fazer por lei, quanto mais transparência houver em todos estes processos de contratação de quem quer que seja, melhor.

No momento de uma enorme carência de emprego na nossa terra, julgo que não estarei a baixar o nível do debate se utilizar a expressão: «são sete cães a um osso». Os empregos são

escassos, os candidatos são muitos e o desespero de quem precisa de trabalhar é grande, o que faz com que as pessoas se atirem às oportunidades com muito empenho.

Preocupam-me os critérios escolhidos para o concurso dos nadadores-salvadores. Sem retirar importância a uma entrevista que avalie algumas qualidades da pessoa que se pretende contratar, penso que, neste tipo de trabalho, deveria ser mais valorizada e pontuada a condição física e a capacidade de saltar para a água em boas ou más condições para socorrer alguém em perigo. Penso que esses requisitos são mais importantes do que uma simples entrevista.

Se algum dia passar mal no mar, espero que o nadador-salvador seja malcriado que nem uma casa, mas seja competente e capaz de me ir lá buscar. Mesmo que tenha irritado o entrevistador, devem ser valorizadas as ótimas capacidades físicas do candidato; deve ser um excelente nadador e possuidor do melhor folego possível entre todos os candidatos que se propuseram ao concurso.

É importante que o candidato tenha sido simpático na entrevista, possua habilitações académicas e um bom currículo profissional, mas tudo isso será menos importante do que a capacidade, muitas vezes inata, para o desempenho daquelas funções. Uma prova de campo, provavelmente realizada pelo formador que veio de fora, não deve apenas excluir os não aptos; deve classificar os mais aptos.

Quanto às térmitas, é uma verdade *la palisse* que elas estão em expansão. Se a Câmara perdeu competências, gostaria que nos pudesse informar a respeito das diligências que está a tomar junto do Governo Regional, tendo em conta que esta é uma cidade património. As pessoas estão a atravessar aquilo que já é conhecido como um sismo lento e não necessitam de estudos, mas sim de respostas.

Continua a não existir um plano municipal de desratização, um assunto que tem sido caro à nossa bancada. Continuo a considerar que é muito perigosa a distribuição de venenos que podem ser manipulados por qualquer um; oxalá não haja acidentes.

Senhor presidente da Junta de Freguesia da Conceição: eu gostaria de assinar por baixo de tudo o que senhor disse a respeito dos problemas que acontecem na sua freguesia. A freguesia da Conceição tem levado algumas pancadas com a biblioteca pública, com o hotel do Canta Galo, com a demora da asfaltagem dos seus arruamentos, (que agora se está a resolver), com o mau planeamento das valas que vão sendo abertas, etc.

Queria saudar a sua intervenção e pergunto-lhe onde é que o senhor andou todos estes anos. Seja bem-vindo. Assino por baixo da sua intervenção.

Sra. presidente da Câmara: – Começando pelas questões colocadas pelo senhor deputado José Borges, em relação aos apoios desportivos, concordamos que seria importante informar os clubes dos apoios a receberem mas temos dois problemas: em primeiro lugar, os apoios são concedidos com base nos resultados obtidos. Por outro lado, estamos a falar de um regulamento que prevê a distribuição de um só bolo mediante esses mesmos resultados.

Não se prevê que uma equipa receba um determinado valor por ter obtido certos resultados ou por possuir determinado número de jogadores; dessa forma poderíamos atingir um cenário inoportável pelo orçamento camarário.

Anualmente é definida a verba destinada aos apoios que é atribuída de forma percentual a cada equipa consoante os resultados obtidos na época anterior. É esta a situação em vigor, apesar de termos consciência de que não há forma de refletirmos os resultados no apoio a conceder sem que a época anterior termine.

Quanto à questão dos pavilhões, também entendemos que devem ser construídos consoante a necessidade desportiva e partilhados sempre que possível por se tratar de infraestruturas extremamente caras e de difícil manutenção.

A respeito da questão que colocou sobre as touradas à corda, apesar de o regulamento não referir que cabe à PSP a nomeação do número de efetivos, o seu Parecer é vinculativo e indica as condições necessárias à segurança. Concedemos as licenças mediante esse Parecer da PSP que é solicitado por nós. O regulamento não prevê que a PSP deva indicar o número de efetivos em cada tourada mas a mesma pronuncia-se sobre essa matéria.

Quanto à questão dos celeiros referida pelo senhor presidente da junta de freguesia da Conceição, apesar de se tratar de um espaço privado fora da nossa competência, já solicitámos ao nosso veterinário a avaliação da situação. Não detetando na altura qualquer situação crítica, mas vamos pedir-lhe que se dirija lá novamente.

Quanto ao espaço fechado junto ao hotel do Canta Galo, vamos verificar se será possível abri-lo durante o período das Sanjoaninas.

No que toca à questão levantada a respeito dos projetos e respetiva renovação das licenças dos bares do Porto das Pípas, 3 dos 4 proprietários entregaram os projetos. A licença de renovação da categoria de bar termina no final de junho e ainda não chegou o momento da sua renovação. Foram renovadas as licenças de horário, referentes aos 3 proprietários que entregaram os projetos, o mesmo não aconteceu com o 4º proprietário porque não o entregou.

Quanto ao que disse o senhor presidente da Junta de Freguesia da Conceição a respeito das árvores da avenida Álvaro Martins Homem, trata-se de uma opinião própria e nós entendemos que as árvores são fundamentais, ainda que tenhamos que ter em conta a sua volumetria.

Vamos também acautelar a situação denunciada pelo senhor deputado Guilherme Melo a respeito das obras dos arruamentos do pacote 3, colocando a empresa a par do que terá sucedido para que sejam tomadas as medidas necessárias a evitar que a situação se repita.

De uma forma geral, o trabalho tem corrido bem e a empresa tem cumprido os prazos. Surgiram trabalhos a mais que foram apresentados na última reunião de Câmara, relacionados com a caixa de estrada quando se procedeu ao levantamento de pavimentos. É natural que estas situações surjam e vão sendo reportadas à empresa.

Congratulamo-nos ainda com a questão colocada pelo senhor deputado João Maria Mendes a respeito das obras do hospital da Boa Nova.

Quanto à contratação de nadadores-salvadores por parte da CULTURANGRA, o ano passado também entendemos que a procura seria previsível porque a situação já era bastante crítica mas se não tivéssemos o Exército, teríamos ficado sem nadadores-salvadores; o ano passado tivemos 8, número que diminuiu este ano.

Estes concursos desenvolvem-se muito em cima da hora e depois não há tolerância por parte das pessoas que apenas pretendem que lá esteja o nadador-salvador. O ano passado a situação foi acautelada desta forma porque a procura, por si só, nada garante. Muitas das pessoas que procuram esta formação são estudantes que terminam o 12º ano antes de entrarem para a universidade.

Uma das situações que foi acautelada tem a ver com a disponibilidade do próprio nadador-salvador que não pode ir embora no final de agosto ou princípio de setembro, abandonando simplesmente a zona balnear; não podemos contratar uma pessoa apenas por 1 ou 2 semanas.

Houve uma entrevista em que o próprio candidato referiu que precisaria de 2 dias para exames nacionais para além da eventualidade de ter que faltar na última semana devido à possibilidade de entrada na universidade o que é perfeitamente legítimo.

Há critérios que são fundamentais e são-no também para a CULTURANGRA. Não somos nós que catalogamos o candidato; apenas recebemos um certificado no qual apenas consta «apto» ou «não apto» e não nos cabe a categorização em termos de capacidade de resposta no momento de crise.

Foi dada preferência à experiência profissional específica nesta área bem como à forma como os candidatos desempenharam as suas funções em anos transatos porque há nadadores-salvadores que não desempenham corretamente as suas funções. A CULTURANGRA recebe muitas reclamações a respeito da postura de alguns deles e da forma como desempenham as suas funções porque, ao longo de 99% das 7 horas diárias em que estão ao serviço, não estão a fazer salvamentos.

Tal como referiu, esperamos que estejam à altura de retirarem alguém da água numa situação de perigo mas o dia-a-dia não é só isso; partimos do pressuposto de que todos os que ali estão passaram nas provas com os requisitos necessários para conseguirem salvar uma pessoa numa situação de perigo.

A formação extra que têm como bombeiros, socorristas, no suporte básico de vida, etc., é majorada para essas situações de crise. Tudo isso é tido em conta na entrevista e previsto na avaliação curricular: mais formação, experiência, capacidade e toda uma experiência profissional na área, além da forma como desempenharam as suas funções na época anterior. A simpatia não é o mais importante mas o profissionalismo é fundamental.

D - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1- DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 30 de abril a 19 de junho, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, para apreciação.

Sra. presidente da Câmara: – Sabemos que a última reunião da Assembleia não decorreu assim há tanto tempo, no entanto há uma série de eventos aqui referenciados. Evidencio apenas o XXIV Encontro de Coros da ilha Terceira, o início do programa «Alimentação saudável» no Mercado Duque de Bragança que teve uma adesão muito engraçada por parte dos munícipes, o concurso Angra Rock que também correu bastante bem, o início da campanha «Festa Brava, Festa Limpa», a recolha de vidro nas touradas, a preparação da campanha «Eco S. João» com a recolha seletiva nas Sanjoaninas, a conclusão da empreitada de construção da conduta de Santana e a conclusão dos trabalhos da empreitada de remodelação das redes de distribuição de água das Figueiras Pretas.

Refiro também a empreitada de reabilitação dos arruamentos do concelho, o pacote 3, a conclusão dos trabalhos na avenida Tenente Coronel José Agostinho, no Caminho Novo, na

avenida Infante D. Henrique, na rua Jacinto Cândido, na Mira Mar e na praça Dr. Sousa Júnior.

Destaco também a conclusão dos trabalhos na rua Carreira dos Cavalos e na rua da Rocha e a execução na rua da Palha e rua da Rosa, a continuação da empreitada de construção da nova escola da Ribeirinha que tomou outro fôlego, a participação no encontro «Desafios e oportunidades na conservação e gestão do património urbano» que decorreu na Bélgica e a reunião da CPM decorrida na Bósnia. Evidencio também os trabalhos de preparação para as Sanjoaninas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Senhora presidente. Sessão após sessão, a bancada do PSD tem sido bastante crítica acerca de acontecimentos que não sejam apenas a agenda de expediente da Câmara Municipal neste relatório de atividades. Desta vez, ainda bem que aconteceram coisas; fez-se trabalho no concelho e temos aqui questões para relevar.

Há, de facto, algumas conclusões de empreitadas como a conduta de Santana, a remodelação das redes de distribuição das Figueiras Pretas e principalmente as obras dos arruamentos do pacote 3 e das calçadas da cidade; são trabalhos em prol do concelho que merecem algum destaque.

Fazendo obra, põe-se aqui um novo conjunto de questões e continua a preocupar-nos muito a falta do já muito anunciado estudo de trânsito para o concelho. Tenho insistido neste estudo porque temos estado a fazer um investimento muito grande em melhorias de arruamentos.

O estudo de trânsito é essencial para que possamos fazer previsões para o agravamento ou melhorias em termos do número de viaturas a circular nas nossas ruas e qual a capacidade de trânsito e carga que as novas calçadas conseguem aguentar porque daí resulta a capacidade de estimar a durabilidade das obras que agora estão a ser feitas. O mesmo se aplica aos outros arruamentos do concelho.

Verifica-se que as obras e as reparações fazem-se, mas são cada vez mais importantes alguns dados objetivos. Julgo que, numa fase em que estamos a arranjar as calçadas da cidade e a construir e repavimentar os arruamentos do concelho, temos que saber o que neles vai circular.

No caso das calçadas e para que possamos definir políticas de trânsito para o concelho, temos que saber o que é que as ruas da cidade aguentam porque foram construídas há séculos e nos tempos que correm, não as podemos reparar ano sim, ano não. Temos que saber que obras devemos fazer e o que podemos colocar em cima para que as coisas não se estraguem. Este estudo é imperativo para o concelho e espero que a senhora presidente o consiga fazer ainda antes do seu mandato.

Há mais um problema com a empreitada da escola da Ribeirinha que se prende com o acesso pedonal que liga a antiga escola de Santo Amaro à nova escola. Há um conflito entre os proprietários dos terrenos e a Câmara; julgo que está em discussão a necessidade e o valor da expropriação dos terrenos. Mais uma vez quero relevar que, aquele projeto, aquela localização e todas as circunstâncias que conduziram à realização daquela obra foram mal planeadas e os problemas sucedem-se.

Devido a essa falta de planeamento, os trabalhos a mais, as novas empreitadas, a construção de muros, a correção de terrenos e as acessibilidades estão a absorver recursos do concelho que poderiam ser canalizados para outras obras.

Tenho pena que não esteja aqui o senhor presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha, que tanto elogia aquele projeto com todos os seus defeitos e virtudes, para que explicasse a outros presidentes de junta, por exemplo ao senhor presidente da Junta de Freguesia da Serreta, porque é que não acaba a casa mortuária ou ao senhor presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião porque é que a Salga foi remendada e não levou um solário novo de que tanto precisa.

A Salga é um monte de remendos numa zona balnear com bandeira azul, das mais procuradas do concelho. Após os estragos que sofreu no final do verão passado, merecia outro tipo de arranjo além do que lá foi feito. Em tempos de carência temos que saber gerir o dinheiro de forma planeada para que não haja trabalhos a mais num lado e a verba escasseie noutro.

No que toca a S. Sebastião, visto que a verba já foi orçamentada, gostaria de perguntar à Assembleia Municipal se a mesma já foi transferida e porque é que ainda não foi construído o painel de azulejos no Largo da Fonte onde decorrem as touradas. A construção desse painel estava prevista no muro do Chico Crista, como é conhecido o proprietário.

Estava também previsto um arranjo na Casa das Pias, para o qual, houve verba orçamentada; julgo que já foi transferida e a obra não foi feita. Está na altura de recebermos algumas explicações por parte de alguém da Câmara ou da Junta de Freguesia de S. Sebastião.

Temos tido também algum *feedback* por parte de quem participa nas atividades culturais realizadas pela CULTURANGRA, com relatos de que algumas têm tido fraca adesão por parte dos munícipes.

Sem querer menosprezar a valorização da cultura no nosso concelho, queria deixar à consideração da senhora presidente a reavaliação dos custos de algumas dessas atividades, face à adesão dos munícipes, como, por exemplo, certos horários de exibição de filmes para apenas meia dúzia de munícipes que os vão ver porque a contenção de custos é muito importante. Gostaria também que nos desse algum *feedback* acerca da substituição do empreiteiro das obras da Casa do Chá do Jardim.

Uma última questão: devido às obras de ajardinamento do Palácio dos Capitais Gerais, os dragoeiros foram transplantados para as imediações da ETAR. Julgo que o dragoeiro é uma espécie endémica da Macaronésia e essa transplantação poderia ter sido evitada visto que o processo acarreta alguns riscos e o local de destino não é do mesmo nível que o local onde se encontravam.

A título de brincadeira, um dos dragoeiros fora colocado nos claustros do Palácio aquando a tomada de posse do senhor vice-presidente do governo; será que o seu arranque do local é um presságio? Muito obrigado.

Sr. d. m. José Alberto Borges: – Queria elogiar o trabalho que os serviços da Câmara Municipal, as juntas de freguesia e a Proteção Civil desenvolveram na intempérie de maio; é de louvar a eficiência e rapidez com que se colocaram no terreno. Agradeço ao senhor vereador José Élio Ventura que tentou resolver prontamente alguns problemas que tive ao pé da minha casa.

Agradeço também à minha Junta de Freguesia, a eficiência e o cuidado tido na resolução daquele problema e tenho a certeza que todas as outras Juntas de Freguesia tomaram a mesma atitude noutros lugares.

Vou falar agora da limpeza das praias. Tive a oportunidade de tomar o meu primeiro banho na «Prainha» da Praia da Vitória antes da abertura oficial da época balnear e vi uma praia limpa

já com os recipientes do lixo que até dava gosto ver. Como o tempo não era o ideal, desloquei-me até à «Prainha» da Angra onde o tempo estava melhor mas o aspeto da praia era totalmente diferente.

Ao chegar, deparei-me com uma praia suja onde mal se conseguia encontrar um local decente para colocar a toalha. Bem sei que a época balnear ainda não estava aberta mas é certo que as pessoas aproveitam o bom tempo para tomarem banho mesmo antes do início da época.

Penso que é possível prestar alguma atenção à limpeza das praias de uma forma pouco dispendiosa para a Câmara, utilizando os trabalhadores que recebam o rendimento de inserção social; penso que é possível colocar essas pessoas ao serviço da limpeza dessas zonas.

Não sou fumador mas trago comigo um pequeno invólucro que o ano passado foi distribuído aos fumadores na Praia e resolve muitos problemas de limpeza. Este ano talvez já seja um pouco tarde e as verbas também não abundam, mas talvez seja possível utilizá-lo para o ano. Entrego-lho com a melhor das intenções sem qualquer tipo de brincadeira. Muito obrigado pela atenção.

Sra. d. m. Carla Terra: – Senhor presidente da Mesa, senhores secretários, senhora presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados.

A minha intervenção está relacionada com a situação financeira da Câmara. Tive acesso à posição do orçamento, quer do lado da receita quer do lado da despesa, e pude constatar que a Câmara Municipal já comprometeu 53% do seu orçamento mas só cobrou receita no valor de 43%, o que equivale a uma diferença de 2 300 000 € entre a receita cobrada e a despesa comprometida, ou seja, os contratos já comprometidos por parte da Câmara.

Por outro lado, do lado da receita, que é o que está a faltar aqui, vê-se que há uma verba elevadíssima de quase 6 000 000 € do PROCONVERGÊNCIA do qual a Câmara não executou praticamente nada. Tem aqui 200 000 €, ou seja, 3% da dotação inicialmente orçamentada.

Não sei o que se passa, se não estão a apresentar projetos e se isto é para continuar assim até ao fim do ano. Gostava que me esclarecesse.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Senhor presidente da Assembleia e Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados.

Vou começar por dizer coisas agradáveis. Uma delas é a solução que finalmente se encontrou para aquela fatídica passadeira na avenida Tenente Coronel José Agostinho em frente à Caixa da Previdência.

Por mais que uma vez assisti a travagens terríveis tentando evitar-se o atropelamento do peão que ali atravessava. A maior parte dos condutores não respeitava o sinal vertical que lá se encontrava.

Pareceu-me inteligente a solução encontrada porque a elevação suave e longa da passadeira faz com que os automóveis acabem por afrouxar e também lhes poupa a suspensão. Estou farto daquelas lombas selvagens de metal ou borracha que fazem os carros pinchar mesmo em primeira velocidade e a 5 quilómetros à hora.

Talvez fosse interessante que, de futuro, as lombas a colocar junto às escolas seguissem a mesma filosofia da lomba da avenida Tenente Coronel José Agostinho em frente à Caixa da Previdência. É uma boa solução que beneficia toda a gente: automóveis e peões.

A segunda coisa boa que gostaria de referir é a seguinte: há já algum tempo venho gritando pela necessidade de se resolver, não só as águas, mas também o trânsito das Figueiras Pretas e o que lá vemos agora é uma obra interessante; a estrada está boa, deixou de haver perigo para as pessoas e para a circulação e há um descongestionamento do tráfego que deriva para a Terra Chã. Acho que o concelho de Angra ficou mais rico com aquela obra que já pecava por tardia.

A questão menos boa que tenho a referir tem a ver com a escola da Ribeirinha que me parece o exemplo de como não se devem fazer as coisas. Em ar de brincadeira, (apesar de não querer brincar com coisas sérias), quase me atrevo a dizer que aquela escola ficará nos anais das construções escolares da ilha Terceira como a escola paraquedista porque ela desce em paraquedas praticamente concluída, cai num terreno, (não sei se, aleatoriamente ou por opção de alguns) e só depois é que se olhou à volta para se tentar arranjar os acessos.

Este é um processo que se vai arrastando. Há dias recebi a informação de que estavam de novo a consultar proprietários de terras para a construção de um acesso pedonal à escola de Santo Amaro, situação que não contesto; o que contesto é que se tenha começado com a carroça sem se pensar nos bois ou compraram-se os bois e só depois se pensou no tipo de carroça.

As coisas devem ser planeadas com princípio, meio e fim. Arranjam-se os terrenos, faz-se o anteprojecto, estudam-se os acessos e reorganiza-se tudo para que, quando a obra começar a ser construída, já se saiba quais os acessos e já se tenha os terrenos garantidos. Julgo que é assim que se deve fazer.

Gostaria que alguém me explicasse como é que se chegou a esta situação que me parece um bocadinho caricata e que não se deve repetir na futura construção da escola no lado de cá da ilha em Santa Bárbara; espero que não aconteça nada parecido.

Sr. d. m. João Santos: – Senhor presidente, Exma. Mesa, Exma. Câmara, caros deputados municipais, uma primeira palavra para a Casa do Povo da Terra Chã por nos ter recebido. É com muito agrado que aqui estamos hoje. Em nome do Partido Socialista saúdo também toda a assistência e os moradores da freguesia da Terra Chã em geral.

Hoje inverteram-se um pouco os papéis. Quando elogio e não me canso de repetir que a Câmara de Angra faz obra, o senhor deputado Luís Rendeiro diz que são declarações políticas. Hoje ficou-lhe muito bem reconhecer finalmente que a Câmara de Angra faz obra, pese embora os reparos que fez e que serão tidos em devida conta.

Pedi a palavra para destacar uma questão que me parece extremamente importante neste relatório. Mais do que uma palavra de apreço à Câmara Municipal, gostaria que fosse também um alerta em toda a sua dimensão e por tudo o que isto representa.

Está aqui referido, em segundo lugar, que se realizou neste concelho o II Campeonato do Mundo de Atletismo para Portadores de Síndrome de Down. Não sei em quantos concelhos deste país se realizaram campeonatos do mundo do que quer que seja, mas no concelho de Angra do Heroísmo já se realizaram vários.

Que me lembre, foi realizado o campeonato do mundo de *kickboxing* e realizou-se agora o campeonato do mundo para atletas portadores de Síndrome de Down, o que fará com que, eventualmente, o concelho de Angra do Heroísmo faça parte de uma pequena minoria dos concelhos de Portugal onde ocorrem eventos de dimensão mundial.

Não fosse isto suficiente, Portugal sagrou-se campeão do mundo no concelho de Angra do Heroísmo e uma atleta açoriana da ilha do Pico sagrou-se campeã do mundo num campeonato que decorreu neste concelho.

Não sei quantas modalidades ou concelhos podemos usar como referência mas penso que a Câmara foi uma das entidades que acolheu este evento com a dignidade que ele merecia, realizou uma cerimónia muito dignificante e fez tudo o que lhe foi possível de acordo com os tempos difíceis que vivemos.

Não é segredo para ninguém que faço parte de uma entidade que, juntamente com a Direção Regional, foi parceira e teve alguma responsabilidade neste campeonato do mundo e organizou também o torneio regional de desporto adaptado que se realizou em simultâneo.

Gostaria de me congratular com a forma como o concelho recebeu estes 2 eventos. Penso que ficou muito bem à Câmara de Angra; os participantes reconheceram-no e o trabalho e o empenho da autarquia na receção e no apoio a este evento não passou despercebido para quem participou, para quem organizou, para quem estava por dentro ou do lado de fora.

Por último, sei que me vou repetir mas deixo como ponto de reflexão: quantas modalidades é que têm campeonatos do mundo nos Açores, quantos concelhos acolheram campeonatos do mundo, o que é que isto representa para nós, que ensinamentos e mais-valias é que o concelho e cada um de nós pode tirar daqui?

Sra. presidente da Câmara: – A primeira questão colocada pelo senhor deputado Luís Rendeiro tinha a ver com o estudo de trânsito. Queria informar que a capacidade de carga e esse tipo de avaliação aqui referenciada já foi realizada com estudos geológicos e geotécnicos antes de ser lançado o concurso das calçadas. A capacidade da caixa de estrada é realizada aquando a intervenção nos pavimentos.

O estudo de trânsito previa especificamente a fluidez do trânsito e a questão do estacionamento; é essa a componente a ser avaliada. Talvez tenhamos dado prioridade a outras situações, o que não quer dizer que não consideremos esta também prioritária ou importante. Queremos avançar e corrigir essas situações ainda durante este mandato.

Em relação à escola da Ribeirinha, não sei se é do conhecimento geral mas os trabalhos a mais que foram realizados estão a ser compensados com trabalhos a menos que, periodicamente, são apresentados em reunião de Câmara, num esforço realizado pelo projetista para que uma situação compense a outra.

Quanto à ausência do senhor presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha e à impossibilidade de responder à situação da Junta de Freguesia da Serreta, é uma questão que compete à Câmara Municipal e partilhamos dessa opinião.

A Junta de Freguesia da Serreta tem uma Casa Mortuária por terminar, muitas outras freguesias já tiveram as suas delegações de competências e viram terminados estes procedimentos e esta Junta precisa de ver a sua situação contemplada no novo programa para que possa ficar em igualdade de circunstâncias com as outras Juntas de Freguesia.

Deixo também um esclarecimento em relação à Salga. Foi apresentado um projeto de requalificação daquela zona balnear que não reuniu concordância. Em vez de avançarmos apenas por termos um projeto entre mãos, preferimos aguardar mais um pouco para elaborarmos um outro projeto que reúna as condições que entendemos necessárias e contemplem o melhor cenário, quer para o verão quer para o inverno, porque se pretende utilizar aquela zona também durante o inverno.

Em relação à questão da Junta de Freguesia de S. Sebastião, tenho que confirmar a transferência da verba. Tenho ideia que já foi feita, sei que já foi falada; falha minha.

Quanto à fraca adesão à exibição dos filmes, não sei se têm conhecimento mas a CULTURANGRA já procedeu a algumas adaptações. Havia projeção de filmes todos os dias. Neste momento não há cinema à terça e à quarta.

Por vezes há baixa adesão, com algumas oscilações mensais, mas não verificámos que tenha sido inferior aos últimos anos. Como o cinema é muito barato no concelho de Angra os assíduos continuam a assistir.

Estou convicta de que, a partir de setembro ou outubro, altura em que teremos o novo equipamento digital no Centro Cultural que permitirá projetar em 3D, haverá nova procura porque não haverá agravamento no preço do cinema. A programação é continuamente revista e essa necessidade será também transmitida à CULTURANGRA.

No que toca à Casa do Chá do jardim, a empresa solicitou à Câmara que o contrato fosse denunciado por mútuo acordo, proposta que foi rejeitada por unanimidade. Apesar das dificuldades financeiras da empresa, a Câmara não pretende denunciar o contrato porque pretende que a obra seja terminada.

Houve um contacto informal com a empresa referenciando que, eventualmente, poderia haver alguma abertura para a cessação da posição contratual no caso de essa empresa querer ceder essa posição contratual, principalmente se fosse uma empresa local.

A empresa foi notificada formalmente e as notificações foram devolvidas por duas vezes, devido a alteração de morada. Foi remetida uma terceira notificação que ainda não obteve resposta. Tem havido esta abordagem, conseguiu-se o contacto telefónico mas temos algumas dificuldades entre mãos porque a empresa está numa situação muito irregular.

Em resposta à questão colocada pelo senhor deputado José Borges acerca da limpeza da praia, é certo que referiu que isso se passou no dia 10 de junho antes da época balnear, o que não pode servir de desculpa porque a CULTURANGRA procede à limpeza das zonas balneares antes da época. Uma de duas situações terá acontecido: ou houve uma falha na limpeza que deve ser assumida e corrigida ou o lixo foi trazido pelo mar sujando a praia, o que pode acontecer mesmo após a sua limpeza. De qualquer forma a situação será reportada e acautelada.

A questão dos recipientes para os cigarros, a colocar na areia, foi falada o ano passado. Confesso que não estou a par dos procedimentos mas teoricamente já deveria estar acautelada para este ano. Não sei se esse modelo é descartável. Essa é uma mais-valia com a qual gostaríamos de contar já este ano.

Quanto à situação financeira da Câmara, colocada pela senhora deputada Carla Terra, há uma diferença grande entre o comprometido e o realizado. Há uma série de pedidos de pagamento, houve alterações relacionadas com a escola da Ribeirinha, uma obra de bastante peso, que sofreu um atraso bastante significativo. Houve ainda alguns pedidos que se processaram um pouco mais tarde e estamos a aguardar.

No que toca à diferença entre o comprometido e o realizado acho que é importante salientar que neste momento, atendendo à lei dos compromissos, temos um resultado positivo na ordem de 1 600 000 €, neste caso com a despesa a atingir os 6,64 e a receita os 8,24. Com a lei dos compromissos, ficamos com a incapacidade de assumir compromissos a curto ou a longo prazo, se não tivermos a respetiva capacidade de resposta.

Esta diferença entre o comprometido e o realizado não me parece preocupante porque, quando comprometemos determinados procedimentos, principalmente os de grande monta que se desenvolvem ao longo de um ano inteiro, a verba é comprometida no início do ano. Sei que não estou a ensinar nada mas tenho que responder para que fique registado.

A verba é comprometida no início do ano pela sua totalidade e vai sendo executada ao longo do ano. Temos várias obras de montantes bastante elevados que são cabimentadas e depois têm a sua execução atrasada.

Há um aspeto que é importante salientar. Em relação ao orçado inicial e à previsão em termos de orçamento para aquilo que neste momento estaria suposto ser executado, estamos completamente confortáveis com uma execução da receita na ordem dos 117%. A execução da despesa situa-se na ordem dos 95% em relação ao orçado inicial como se pode ver na página 51.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Quero responder ao senhor deputado João Santos para lhe dizer que o PSD critica o que é para criticar e elogia o que merece elogios. Esta é uma bancada séria, senhor deputado. Não vem aqui nada transcendente por termos este tipo de atitude.

Importa relevar de novo que antes reagia-se mal às críticas, quer na Câmara quer na bancada do partido mais votado. Agora aceitam-se melhor as críticas, responde-se às perguntas e debate-se mais; ganha o concelho.

Quanto ao estudo de trânsito, senhora presidente, gostaria que nos fornecesse mais alguns dados quanto às capacidades de carga das calçadas. Gostaríamos de saber se as mesmas aguentam bem o trânsito atual e por quanto tempo, se teremos que pensar numa diminuição de trânsito para as preservar ou se ainda aguentam possíveis agravamentos de trânsito na cidade e por quanto tempo.

Em relação à Salga, o projeto que a senhora presidente referiu e que nunca foi muito divulgado, chegou ao conhecimento de algumas pessoas, foi alvo de alguns comentários e pelo que me chegou aos ouvidos, era francamente mau porque exigia alterações excessivas e radicais daquele local. É pena que se façam e se paguem projetos destes.

Gostaria de saber se houve custos para a Câmara relativos à elaboração desse mau projeto, excessivo e desadequado e se estamos perante mais um daqueles casos em tudo idêntico ao tal edifício multisserviços que foi projetado e anunciado para o bairro do Lameirinho e que acabou na gaveta.

Sra. presidente da Câmara: – Penso que posso facultar o resultado do estudo geológico e geotérmico para ajudar na apreciação do que foi realizado. Estes estudos são obrigatórios.

Em relação ao projeto da Salga há um procedimento que já foi pago mas este processo não está concluído. O projeto não reuniu a nossa concordância, o processo não está encerrado e temos que o trabalhar até à sua conclusão. O procedimento é anterior à minha entrada mas posso obter as informações necessárias.

1.2 – Segunda Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2012 para aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro e em conformidade com o ponto 8. 3 do POCAL (DL n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro.

Sra. presidente da Câmara: – Penso que isto não carece de grandes explicações. Foi vendido um terreno junto ao Diário Insular. Contávamos com um determinado montante que foi superado praticamente para o dobro por haver vários interessados, o que originou um certo despique e conseqüente subida do seu valor. Foi uma agradável surpresa para a autarquia porque a entrada de verba é sempre bem-vinda. Estamos a falar da inserção de 63 800 € na receita e a correspondente afetação aos apoios das atividades de interesse municipal.

Não se registando mais intervenções e posta à votação, **a Segunda Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2012 constante do Ponto 1.2 foi aprovada por maioria** com 19 votos a favor (18 do Partido Socialista e 1 do deputado municipal independente) e 13 abstenções (10 do Partido Social Democrata e 3 do CDS-PP).

1.3 – Proposta, tendo em vista a submissão à Assembleia Municipal de pedido de autorização genérica, no âmbito da Lei dos Compromissos prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/12 de 21 de fevereiro, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea q) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.

Sra. presidente da Câmara: – Vou tentar esclarecer mas solicitei aos serviços técnicos que estivessem presentes no caso de alguma questão que queiram levantar porque depois entraremos numa área bastante concreta em termos jurídicos que poderá suscitar algumas questões.

Com a entrada em vigor da lei dos compromissos 8/2012 de 21 de fevereiro são assumidos vários pressupostos. Um desses pressupostos implica que toda a despesa que tenha uma execução financeira superior a 2 anos civis carece de autorização por parte da Assembleia Municipal. Neste caso, não está em causa o montante, mas, sim, o facto de se tratar de uma despesa plurianual.

Em meu entender, esta é uma legislação e um pormenor que, provavelmente já se estará a adaptar às futuras alterações à legislação das autarquias locais. Sabendo que temos 5 reuniões anuais da Assembleia Municipal e, atendendo a que tudo o que virá à Assembleia já foi autorizado porque tem obrigatoriamente que estar previsto no próprio Plano e Orçamento, nomeadamente nas GOP's, não faz sentido que tenha que vir uma segunda vez para procedimento mesmo que estejamos a falar de uma despesa de 10 000 € este ano e 5 cêntimos que recaiam no ano seguinte.

A Associação Nacional de Municípios distribuiu por todas as autarquias um ofício, dando a ideia que todas tomassem esta medida no sentido de prever que a Assembleia pudesse já dar um Parecer prévio genérico a todos estes procedimentos desde que já estejam previstos no Plano e Orçamento, não haja alterações à verba, resultem de projetos, ações ou de outra natureza constante das GOP's, cujos encargos não excedam o limite de 99 759,58 € em cada um dos anos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução seja de 3 anos, ponto este que já vinha referenciado como cautela no decreto-lei 197/99 de 8 de junho.

O que se propõe é que seja dado um Parecer prévio genérico e que sejam autorizados os procedimentos que já foram previstos no Plano e Orçamento.

É de salientar ainda que esta legislação prevê a sua regulamentação por decreto-lei que ainda não foi publicado para que essa autorização possa ser dada aquando a aprovação do Plano e Orçamento. O próprio documento já prevê que possa haver uma autorização genérica para estes procedimentos.

Saliento que não se está aqui a criar nenhum procedimento novo. Se esta situação não for autorizada, significa que virá aqui tudo o que já foi aprovado antes, visto já se encontrar previsto no Plano e Orçamento.

Não se registando outras intervenções, **a Proposta constante do Ponto 1.3 foi aprovada por maioria** com 22 votos a favor (18 do Partido Socialista, 1 do deputado municipal independente e 3 do CDS-PP) e 9 abstenções do Partido Social Democrata.

1.4 - Proposta de Regulamento do Exercício da Atividade de Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros para deliberação do órgão executivo, com vista à aprovação do mesmo regulamento por parte do órgão deliberativo, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.

Sra. presidente da Câmara: – O presente documento vem regulamentar a atividade de transporte público de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros. Até à entrada em vigor deste regulamento o que impera é a legislação em vigor já que isto não vem substituir qualquer regulamento anterior, mas sim implementar um regulamento que ainda o não havia sido até à data.

Se conhecerem a legislação, ao lerem o documento poderão constatar que quase todo ele decorre da própria legislação com alusões ao que a própria lei refere. São especificadas as características que se propõem para o concelho apenas em alguns pormenores que vou evidenciar.

O regulamento irá prever o número de praças, a sua legalização e o regime de estacionamento condicionado. Até ao momento os taxistas têm o seu estacionamento, estão afetos a uma praça e nela desempenham a sua função. Com o estacionamento condicionado, prevê-se a criação de um número de lugares em cada praça.

Propõe-se a manutenção de algumas praças e a criação de outras novas, ficando definido o número de lugares em cada uma dessas praças podendo os taxistas circular por todas elas. Se houver lugar ao chegarem a uma praça, poderão ficar; caso não haja qualquer lugar disponível poderão circular por outra. Será também permitida a recolha de passageiros em movimento a mais de 100 metros de cada praça.

Serão criados 20 lugares na Ladeira de S. Francisco, Alto das Covas, Hospital Novo, Centro de Saúde, Hipermercado Continente, Supermercado Guarita, Terceira Mar Hotel, Hotel do Caracol, Hotel do Canta Galo e Porto das Pipas.

Este documento foi trabalhado em reunião de Câmara. Havia 2 propostas que foram alteradas, criando-se agora uma nova praça de táxis na Praça Almeida Garrett. Tal como disse, os taxistas vão circulando e podem ficar em qualquer praça desde que haja lugar.

Para a implementação deste regulamento foram consultadas as entidades com competência na área. No caso específico da APALIT, aquela que talvez tenha maior relevo, não se manifestaram em relação à questão das praças condicionadas. No entanto, temos conhecimento de que esta não era uma situação totalmente consensual.

No que diz respeito aos taxistas afetos ao Alto das Covas não havia muita vontade de permitir esta circulação livre entre praças; trata-se de uma minoria dentro da APALIT e todos os outros manifestaram interesse nessa circulação. Sabemos que esta situação não agrada a toda a gente mas agrada a mais de 80% dos taxistas.

Apesar de já ser decorrente da lei, fica aqui prevista a obrigatoriedade da colocação dos taxímetros. No entanto, a sua utilização poderá não ser exclusiva visto que o utilizador pode entrar num táxi e combinar, por exemplo, um determinado valor para uma volta à ilha em vez da utilização do taxímetro.

Sr. presidente da Mesa, em tom de brincadeira: – Antes de passar à discussão quero anunciar à Assembleia que, por claro e inequívoco conselho médico, o ar condicionado foi desligado.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Julgo que este é um bom regulamento e um excelente contributo para o bom funcionamento da atividade dos táxis no concelho. Há aqui 2 questões importantes a relevar. A primeira prende-se com a necessidade de afixar tabelas de preços nas praças de táxis para os circuitos mais frequentes como o trajeto de Angra para o aeroporto ou nos pontos turísticos mais visitados com vista à simplificação da atividade e evitar algum mau exercício por parte de algum taxista.

É importante evitar-se situações como a que aconteceu há pouco tempo no concelho vizinho em que um taxista menos escrupuloso cobrou a um passageiro de um navio de cruzeiros que aportou na Praia da Vitória, uma verba de 50 ou 60 € para se deslocar do Porto da Praia até à Praia da Vitória.

Cada vez mais temos que nos preocupar com os turistas e é importante que, quem não seja da Terceira ou não conheça as distâncias, saiba qual o preço médio ou quanto lhe custará um determinado trajeto.

Não custa nada ver a afixação dessas tabelas nas praças de táxi e, porque não, através de autocolantes colados nos vidros dos táxis. Julgo que isso já se pratica em algumas zonas de S. Miguel porque já o constatei pelo menos num táxi naquela ilha.

A outra questão que queria colocar tem a ver com a realização de circuitos turísticos ou voltas à ilha por parte de alguns taxistas, serviços que, aliás, são bastante solicitados a estes profissionais. Este serviço preocupa-me e deveria ser regulamentado uma vez que há alguma concorrência com os guias turísticos e com os circuitos já implementados e regularizados.

Seria importante que não houvesse concorrência entre diferentes agentes turísticos, sobretudo quando alguns não se encontram devidamente regularizados para o efeito. É um serviço muito comum e procurado por quem nos visita, quer sejam portugueses, estrangeiros ou emigrantes. Não me choca que alguns taxistas também possam fazer esses circuitos mediante algumas condições mas este regulamento é omissivo quanto a esse aspeto.

Não se registando mais intervenções e posta à votação, **a Proposta de Regulamento constante do Ponto 1.4 foi aprovada por unanimidade.**

Sr. presidente da Mesa: – Os senhores deputados têm à sua frente os boletins de voto. Vamos votar um a um. O Ponto 1.5 refere-se à medalha de mérito municipal, classe mérito profissional, a atribuir ao Dr. Adriano Paim de Lima Andrade.

Solicito aos senhores líderes parlamentares que se desloquem junto à Mesa para reunirmos.

Atribuição de Medalhas e Insígnias Municipais, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Insígnias e Medalhas Municipais do Município de Angra do Heroísmo, aos seguintes cidadãos:

1.5 - Dr. Adriano Paim de Lima Andrade:

- Medalha de Mérito Municipal – Classe Mérito Profissional.

Aprovada por maioria em votação secreta.

1.6 - Dr. Álvaro Pereira Silva Leal Monjardino:

- Medalha de Mérito Municipal – Classe Mérito Cultural.

Aprovada por maioria em votação secreta.

1.7 - Dr. Avelino Freitas de Meneses:

- Medalha de Mérito Municipal – Classe Mérito Cultural.

Aprovada por maioria em votação secreta.

1.8 - Dr. Jorge Eduardo Abreu Pamplona Forjaz:

- Medalha de Mérito Municipal – Classe Mérito Cultural.

Aprovada por maioria em votação secreta.

1.9 - Dr. José Guilherme Reis Leite:

- Medalha de Mérito Municipal – Classe Mérito Cultural.

Aprovada por maioria em votação secreta.

Sr. presidente da Mesa: – Todos os nomes propostos para atribuição de medalhas foram aprovados por maioria.

Queria felicitar o Dr. Álvaro Monjardino, o Dr. Avelino Meneses, o Dr. Jorge Forjaz, o Dr. Guilherme Reis Leite, bem como a família do Dr. Adriano Paim pela aprovação da atribuição de medalhas de mérito municipal por parte da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

2.1 – Recomendação do Partido Social Democrata, no sentido de a Câmara Municipal proceder à agilização das medidas que levem à execução do “pacote 4” referente aos arruamentos do concelho na freguesia da Terra Chã, nomeadamente, a ligação entre a Boa Hora e Canada do Talhinha, freguesia do Posto Santo, sem prejuízo dos arruamentos que requeiram intervenção rápida por motivos de segurança.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O grupo municipal do PSD tem a perfeita noção de que já estão em execução trabalhos relativos ao pacote 3 dos arruamentos do concelho. No entanto, o objetivo desta Recomendação é fazer com que cada sessão desta Assembleia Municipal, realizada numa das freguesias do nosso concelho, contribua para que algo de novo aconteça nessa mesma freguesia.

Temos a noção da importância do melhoramento das redes viárias no concelho, mais especificamente da referida obra da abertura da ligação entre a Boa Hora e a Canada do Talhinha, há muito desejada e esperada pelas juntas de freguesia da Terra Chã e Posto Santo. Por isso, parece-nos o momento oportuno para aligeirar este trabalho há muito esperado pelas populações.

Sra. Presidente da Câmara: – Não deixando de concordar com o facto de se deixar uma marca aquando a realização da reunião da Assembleia Municipal numa determinada freguesia, há algumas situações que foram apontadas e me deixam alguma dúvida.

Prevê-se uma priorização da ligação da Terra Chã ao Posto Santo pela Canada do Talhinha. Esta obra faz parte do pacote 4 porque o pacote 3 terminará no fim deste ano. Em termos do pacote 4 estão previstas intervenções no prolongamento do Pico do Alferes, na ligação da Ponta Gorda à Canada do Barata e na Grota do Tapete no Porto Judeu, na Canada do Parreira na Ribeirinha, na ligação da Boa Hora à Terra Chã pela Canada do Talhinha, na ligação do Rossio na Arrochela e a Canada da Vinha Velha nos Altares, na Canada das Madamas na freguesia do Raminho, na rua doutor Batista Lima e no troço Meia Encosta em S. Bartolomeu, na Canada da Arruda e na ligação do bairro do Bravio à Estrada Regional incluindo a resolução de problemas de drenagem na estrada do Bravio na freguesia de S. Mateus, na Canada da Praia na freguesia das Cinco Ribeiras, na Canada da Escola e na Canada do Outeiro na freguesia da Feteira, na ligação do largo da igreja e dos Dois Caminhos na freguesia da Terra Chã, no largo do Posto do Leite em Santa Bárbara, no Caminho da Queimada nas Doze Ribeiras, na Canada da Barraca e na Canada do Chico Paquete no Raminho.

Estamos a falar de um pacote que prevê a intervenção em arruamentos carenciados. Neste caso, trata-se da criação de um novo arruamento para escoamento de trânsito mas temos a grande maioria das intervenções previstas para pavimentos existentes, nomeadamente em correção de drenagens ou de outras situações que possam representar algum perigo.

Sei que estamos na freguesia da Terra Chã e talvez fosse simpático de minha parte dizer que concordava em absoluto mas tenho que ressaltar que há outras situações que poderão ser prioritárias em termos técnicos. Penso que a opção de marcar a freguesia desta forma talvez não seja a melhor neste sentido. Há outras freguesias que também têm bastantes necessidades que se prendem com questões de segurança ou de drenagem de águas.

Bem sei que a ligação da Canada do Talhinha é uma situação urgente referenciada há bastante tempo e houve até certos problemas com terrenos devido a algumas dificuldades relacionadas com proprietários mas, só por este motivo, não podemos dizer que se trata de uma obra prioritária em relação às restantes do Caderno de Encargos.

Em caso de indiferença é irrelevante começar-se por um lado ou por outro, porque alguma decisão terá que ser tomada. Mas, quando falamos de situações pendentes de drenagem ou segurança, a decisão poderá ser um pouco mais complicada.

Acho que se poderia ver a questão da agilização e tentar que esta situação se resolva o mais rapidamente possível. A priorização em relação a todas as restantes, atendendo ao que está pendente, é uma situação que poderá ser de risco.

Sr. d. m. António Toledo Alves: – Senhor presidente da Assembleia e Exma. Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais. Aproveito também para cumprimentar o nosso colega anfitrião Rómulo Correia da Terra Chã e a Casa do Povo pelas magníficas instalações que colocou ao nosso dispor.

Gostaria de acrescentar algo em relação ao troço da Boa Hora/Canada da Talhinha porque é uma obra que há longa data vem sendo reivindicada por estas duas freguesias. Tem havido dificuldades de negociação com os proprietários o que implicou que esta obra tenha transitado de pacote em pacote nos últimos 9 anos.

Finalmente estão reunidas as condições de autorização por parte dos proprietários. Já não havia problemas com os proprietários do Posto Santo e ainda persistiam problemas com um proprietário da Boa Hora pertencente à Terra Chã, muito bem resolvidos pelos serviços técnicos da Câmara com a intervenção do Rómulo; julgo que seria de aproveitar, não vão os proprietários arrepender-se.

Esta obra estava prevista no pacote 3 e não foi executada porque na altura os proprietários não concordaram com o seu percurso nem com a cedência de terrenos. Uma vez que já foram feitos os testes aos locais e os proprietários estão todos de acordo (e respeitando todas as urgências dos colegas das outras freguesias), seria com muito gosto que o presidente da junta de freguesia do Posto Santo veria dada alguma prioridade a esta obra.

Sr. d. m. João Tavares: – Muito boa noite à Exma. Mesa, Exma. Câmara e aos senhores deputados municipais. Compreendendo toda a situação do arruamento em causa, mas não posso votar a favor porque prescindiria de outros arruamentos da minha freguesia que também são prioritários, estão abertos há muitos anos e precisam de intervenção imediata e urgente porque também sofreram grandes danos com as últimas enxurradas.

Estou a defender a freguesia do Porto Judeu e não entendo que se deva estabelecer prioridades desta forma. Este é um arruamento novo mas temos arruamentos no Porto Judeu que já foram abertos há muitos anos e precisam de ser reparados, por isso vou votar contra esta proposta.

Sr. d. m. João Santos: – Senhor deputado Luís Rendeiro. Sou uma pessoa que me tenho por honrar e cumprir a palavra e penso que o senhor não dirá o contrário. Concordei e continuo a concordar consigo relativamente ao que penso ser a sua intenção e do seu grupo parlamentar, subjacente a este voto.

Digo isto porque concordei consigo na conferência de líderes relativamente à manifestação da sua intenção; no entanto, não se tratando de um subterfúgio, nessa mesma conferência não nos apareceu este voto escrito.

Não discordo com a declaração de intenção e, de futuro, com a calendarização antecipada da localização para a realização destas reuniões da Assembleia Municipal numa determinada freguesia, poder-se-á programar atempadamente a realização de uma obra que assinale a reunião da Assembleia nessa mesma freguesia.

Parece-nos que este voto não deixa transparecer só isso e da forma como ele é apresentado, para além de se poder considerar um manifesto atropelo a outras freguesias e a decisões de ordem técnica e programática relativamente aos trabalhos, parece ficar um pouco no ar a ideia de que a nossa preocupação com esta canada foi ditada pela sorte. Refiro-me concretamente ao penúltimo parágrafo e à forma como ele está redigido.

«Considerando haver uma consequência prática em benefício da população, da realização desta Assembleia Municipal...» Como todos sabemos, esta freguesia foi escolhida por sorteio e quase dá a entender que, se não tivesse sido sorteada, a obra desta canada não seria prioritária; só é prioritária porque foi sorteada.

Se a reunião da Assembleia se realizasse, por exemplo, em S. Mateus, (freguesia também sorteada na eventualidade de não se poder realizar aqui na Tera Chã), esta recomendação apareceria ou não?

Mantenho o que lhe disse. Poderemos fazer referência à necessidade de agilização dos trabalhos do pacote 3. Na conferência de líderes falou-se apenas no pacote 3, depois ficou-se na dúvida sobre o pacote em que esta obra estaria incluída e depois dá a sensação que entra aqui... Eu percebi claramente a intenção.

A nossa posição é essa. Se possível, os trabalhos devem ser agilizados porque há vias há muito tempo programadas mas não se deve deixar aqui subjacente que isto foi ditado pela sorte, em particular esta canada em detrimento das outras.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Tive muito cuidado na redação desta recomendação e daí que, o termo que utilizei foi «agilização» e não «priorização». É óbvio que há intervenções prioritárias nomeadamente as que foram elencadas pelo senhor presidente da junta de freguesia do Porto Judeu, freguesia assolada por uma intempérie que causou estragos de monta.

É claro que são prioritárias, todas as intervenções em que se tenha que se privilegiar a reposição da segurança das vias e circulação de veículos após uma catástrofe natural. É claro que tudo isso é prioritário.

A situação de agilizar este procedimento e que teve por base a elaboração deste texto tem a ver com o que disse e muito bem, o senhor presidente da junta de freguesia do Posto Santo porque houve uma situação de litígio devido à falta de vontade de alguns proprietários em resolverem o problema numa dada fase. Uma vez ultrapassados os litígios, manda o bom senso e alguma experiência que as coisas se resolvam depressa para que depois não sejam dados passos atrás.

O facto de se aproveitar a realização desta reunião da Assembleia Municipal aqui na Terra Chã não significa que este voto apareça por mero acaso; posso dizer que se juntou o útil ao agradável.

Se nos centrarmos nas preocupações muito bem apresentadas pelo senhor presidente da junta de freguesia do Posto Santo e soubermos diferenciar a «priorização» da «agilização», encontramos o segredo da resolução deste problema.

Não queremos sobrepor este voto a quaisquer outras intervenções, também elas urgentes e necessárias noutras freguesias do concelho. O grupo municipal do PSD tem como hábito, a apresentação de várias propostas em outras assembleias municipais, muitas delas relativas a arruamentos de freguesias de várias zonas do concelho; esta tem sido a nossa prática.

Não vejo que possamos ser acusados de beneficiar ou prejudicar umas freguesias em detrimento de outras. Julgo que agilizar é diferente de priorizar e as reparações obrigatórias a seguir a catástrofes naturais como no caso do Porto Judeu, se devem sobrepor a todas as outras mas não é isso que está a ser aqui votado.

Sr. d. m. João Santos: – Percebi a sua explicação e entendi a sua intenção mesmo antes da formulação do voto mas acontece que mistura 2 conceitos no mesmo parágrafo porque depois diz: «... dando especial prioridade...» Está na penúltima linha.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O grupo municipal aceita uma reformulação do texto de modo a que seja possível resolver este problema.

Sr. d. m. João Santos: – ... A agilização dos pacotes 3 e 4 sem ultrapassar prioridades de outras freguesias? Aceitamos, com certeza.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Nomeadamente, prioridades relativas a segurança e a catástrofes naturais.

Sr. d. m. João Santos: – Concordamos relativamente à agilização dos trabalhos mas não pretendemos que se vote favoravelmente algo que poderá levar a atropelos relativamente a outras situações que possam ser verdadeiramente prioritárias.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Senhor presidente, o grupo municipal do PSD propõe à Mesa, a reformulação do texto de acordo as sugestões do grupo municipal do Partido Socialista de modo a que possa ser votado favoravelmente e ambas as juntas de freguesia vejam o seu problema resolvido. Muito obrigado.

Não se registando mais intervenções, depois de reformulada, a **Recomendação constante do Ponto 2.1 foi aprovada por maioria** com 31 votos a favor (18 do Partido Socialista, 10 do Partido Social Democrata e 3 do CDS-PP) e 2 abstenções, (1 do Partido Socialista e 1 do deputado municipal independente).

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP

3.1 – Voto de Protesto do CDS-PP ao Conselho de Administração da RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A., pela corresponsabilidade daquele órgão e da Direção Regional da RTP-A, pela estratégia centralizadora, desrespeitosa e deliberada, esvaziando as delegações do centro de produção fora de Ponta Delgada, de conteúdos e autonomia editorial, deixando esvaziar funcionalmente os quadros de pessoal, permitindo que as instalações se degradem e que não existam o mínimo de condições de produção, em gritante contraste com o que tem feito em Ponta Delgada.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Senhor presidente, senhores membros da Assembleia, senhora presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados.

Este conteúdo tem um sinal preocupante de algo que vimos assistindo ao longo de vários anos em que estes órgãos públicos de comunicação social perdem o papel que tiveram na unificação, aproximação e consolidação dos Açores como região efetiva do ponto de vista político, cultural e social, importante na aproximação entre as diversas ilhas, dando-as a conhecer umas às outras e ao exterior.

Esse papel tem vindo a esvaziar-se ao longo dos últimos anos e o centralismo do Terreiro do Paço tem vindo a ser substituído por outro centralismo igualmente nefasto, perigoso e complicado.

Apresentamos este voto de protesto com o à vontade de quem votou contra a realização do protocolo entre a Câmara de Angra e a RTP que previa a cedência de instalações da escola de S. Carlos em contrapartida com uma maior atenção e cobertura da rádio e televisão pública dos eventos que iriam acontecer no concelho de Angra.

Desde logo, havia dúvidas em relação ao futuro da RTP, achávamos que, se aquele órgão fosse privatizado e se o modelo mudasse como mudou, se calhar não se justificaria esse protocolo nos termos em que era proposto naquela altura. Achávamos que talvez fosse melhor

esperar mais algum tempo até ver o que resultaria das decisões em relação à televisão e à rádio regionais para que depois pudéssemos moldar um protocolo em função das novas realidades.

Esta Assembleia aprovou o protocolo que foi assinado, está em vigor mas não está a ser cumprido, não por culpa da Câmara de Angra, que só faltou abrir-lhes a porta e colocar um tapete vermelho; a culpa é da outra parte.

Como açoriano, irrita-me solenemente ver a discriminação que muitas vezes acontece nestes órgãos de comunicação social, ditos de serviço público, em relação a eventos de igual ou maior importância que ocorrem numa determinada localidade em relação a outra.

Quando escrevi este texto coloquei, de propósito, uma coisa que tem a ver com uma situação que aconteceu, pelo menos por 2 vezes, uma delas, grave. Talvez se recordem da quantidade de programas que houve na RTP Açores e na rádio pública, debatendo a situação da Câmara de Angra, se a anterior presidente da Câmara deveria renunciar ao cargo, se os vereadores continuavam, etc., etc.

Houve um debate numa unidade hoteleira em que o nosso presidente da Assembleia Municipal participou na qualidade de presidente do Partido Socialista e onde estiveram várias personalidades envolvidas e tudo isso gerou um conjunto de celeuma neste canal público. Depois, no dia em que a nova presidente da Câmara se estreou na Assembleia Municipal a defender o Plano e Orçamento, não houve uma única vírgula sobre o assunto na rádio nem na televisão pública.

Nesse mesmo dia reunia a Assembleia Municipal de Ponta Delgada e foi com algum espanto que, além da entrevista a presidentes de Câmara, etc., vi os meus colegas do CDS-PP da Assembleia Municipal de Ponta Delgada a serem contemplados com alguns minutos na televisão pública a respeito de questões de tanta ou menor importância como a que debatemos aqui porque a reunião de dezembro da Assembleia Municipal tem a ver com o Plano e Orçamento do ano seguinte. Estes assuntos são tratados de maneiras diferentes numas ilhas em relação às outras.

A situação repetiu-se uns meses depois numa outra sessão que está aqui referida e que, pelos vistos, continuará a acontecer mesmo que este voto de protesto seja aqui aprovado.

Como açoriano que sou e entendendo a região como um conjunto de 9 ilhas e não como uma região macrocéfala em que o resto é paisagem, sinto-me irritado e indignado porque, se defendemos a autonomia da nossa região por entendermos que os açorianos não devem ser tratados como portugueses de segunda, os açorianos das outras ilhas também não devem ser tratados como açorianos de segunda.

Este voto de protesto é aqui proposto como um alerta para quem de direito, nomeadamente, o conselho de administração da RTP, enquanto sociedade anónima e a direção da RTP Açores enquanto direção regional dessa empresa pública. Fazemos questão de lhes transmitir que não aceitamos e não concordamos com o que estão a fazer.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Penso que esta questão é importante e pertinente porque, ao contrário do CDS-PP, o PSD votou a favor da cedência do imóvel à RTP, com vista à criação de todas as condições para que o polo da RTP de Angra se mantivesse e continuasse a prestar o serviço público.

Todos os considerandos apresentados pelo senhor deputado Nuno Melo Alves são reais e válidos; não precisamos de os repetir porque verificamos um incumprimento por parte da RTP do protocolo celebrado com a autarquia açoriana com vista à cedência das instalações.

De momento, parece-nos que a atitude correta é o voto de protesto porque a situação tem que ser pensada e analisada. Já estão em cima da mesa várias propostas dos possíveis novos governos regionais a eleger em outubro no sentido de regionalizar mais ou regionalizar menos o serviço público de televisão. Ganhe quem ganhar as eleições, alguma coisa nova acontecerá em outubro.

A bancada do PSD está a olhar com atenção para esta situação. Se o cumprimento deste protocolo não se tornar uma realidade, seja qual for a solução adotada pela RTP Açores de futuro, chame-se ela RTP Açores, o Canal Regional de Televisão ou outro nome qualquer, fazendo parte de outra qualquer tutela, entendemos que haverá razões para que o mesmo seja denunciado e o município exija a devolução do edifício.

Julgo que nada disto será necessário porque, para grandes males, grandes remédios e a grande turbulência que atravessa a discussão do serviço público de televisão nos Açores trará, com certeza, inevitáveis melhorias no mesmo. Para já, parece-me oportuna a apresentação e votação favorável deste voto de protesto na Assembleia Municipal.

Sr. d. m. José Gabriel Pimentel da Silva: – Pegando na deixa do deputado Luís Rendeiro, admiro-me que ele acredite que o futuro governo regional venha melhorar o serviço da RTP Açores. Temos a prova de que, quem manda é o Governo Central porque, quando a comissão da nossa Assembleia Legislativa se deslocou para tratar deste assunto, o senhor ministro Miguel Relvas já estava a dar a notícia do que ia fazer. Se tivessem um pouco da minha dignidade nem teriam entrado no gabinete. Isto é para provar que eu, infelizmente, não acredito.

Como referiu e muito bem, acho que este protocolo com a Câmara municipal deve ser pura e simplesmente ignorado porque o galo que canta, que somos nós, não se ouve na RTP. Posso dar exemplos porque já passei por eles e esse problema não é de hoje; é de sempre!

O José Alberto Borges, o Tafé, (conheço-o assim porque eu sou o Néné), esteve ligado comigo ao desporto durante muitos anos e lembra-se perfeitamente que eu, na qualidade de presidente da associação dos desportos, proibi a RTP de transmitir imagens do jogo aquando o torneio do Benfica em basquetebol. O Tafé deve lembrar-se disso.

O que infelizmente acontece é que ninguém tem atitude (para não utilizar outros termos) para tomar posições dessas. Eu até já desafiava. Quando era membro da comissão das Sanjoaninas eles foram proibidos de filmar na Praça de Touros!

Porque é que não se pode proibir estes senhores de filmarem as Sanjoaninas? Dou-vos o exemplo das marchas de S. João e as marchas de Vila Franca do Campo. São situações repetitivas; têm acontecido sempre ao longo do tempo!

Acho que essas conversas de se vir para a televisão ou trazer votos para a Assembleia têm que ser postas na prática. Temos que ter dignidade e caráter e dizer NÃO, de uma vez por todas! Acabou! Nós não precisamos daqueles senhores da delegação regional para nada! Nunca fizeram um trabalho digno!

Falamos da Terceira mas o mal não está só aqui; a Terceira e as outras 7 ilhas estão simplesmente postas de lado por esta delegação regional da RTP. Não lhe chamem delegação regional; chamem-lhe delegação de Ponta Delgada ou de S. Miguel.

Se não tomarmos uma posição de força, esta situação vai continuar. Isto já vem dos anos 80! Não é um assunto de ontem nem de hoje. Infelizmente, não acredito no pensamento que nos trouxe aqui o deputado Luís Rendeiro e bem gostaria que isto fosse uma realidade daqui a um ano ou antes de acabar o meu mandato. Aí, reconsideraria a posição que estou a tomar. Neste momento a minha posição é única: nem devíamos permitir que filmassem as Sanjoaninas!

A informática tem-nos dado tanto que, hoje em dia, não precisamos da televisão para que os nossos emigrantes recebam imagens a tempo e horas e bem mais tratadas do que as que são apresentadas por uma estação pública que é paga com o nosso dinheiro.

Se eu fosse presidente da comissão das Sanjoaninas, podem ter a certeza que eles não filmavam nada!

Sr. presidente da Mesa: – Depois desta intervenção não vos dou dizer onde está guardado o carro de exteriores. Não digo não!

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Todos os partidos políticos com assento na Assembleia Regional, e também o PSD que apoia e apoiou este governo da república, se distanciaram e se demarcaram claramente da postura do ministro Miguel Relvas quanto ao serviço público de televisão nos Açores.

Desde já, as propostas que existem por parte das várias candidaturas ao Governo Regional implicam uma regionalização do canal de televisão que, no caso do Partido Socialista é a 100%.

Sem qualquer tipo de cinismo ou questões eleitoralistas, julgo que é uma questão que está a ser devidamente tratada pelos órgãos de poder da região. Ganhe quem ganhar as eleições, quero acreditar que vai ser possível melhorar o serviço público de televisão.

Compete-nos a nós terceirenses e angrenses de um modo particular, através dos nossos eleitos, saber defender mais e melhor o interesse da nossa ilha e do nosso concelho. Julgo que toda a gente está a perceber o que quero dizer com isto porque, durante muitos anos, houve tutelas semelhantes da televisão a nível nacional e regional e os problemas já vêm de trás. Não é uma questão que caia apenas sobre o atual governo da república; tem caído sobre toda a gente. Agora vai-se resolver; ou vai ou racha!

Quanto à proibição de filmar, não alinho por aí porque isso prejudicaria a divulgação dos interesses do município, da mesma maneira que, ao castigar-se o melhor jogador de uma equipa porque ele se portou mal, em vez de o multar, prejudica-se mais a equipa do que o jogador. A minha interpretação não vai nesse sentido.

Acho que devemos descobrir outras maneiras de pressionar a RTP porque a proibição de filmar prejudica as nossas coletividades, as nossas manifestações e a divulgação do que cá se faz. No caso das Sanjoaninas, poderiam existir consequências gravíssimas para o turismo porque é a atividade de maior divulgação que se faz no nosso concelho.

Não se registando mais intervenções e posto à votação, **o Voto de Protesto constante do ponto 3.1 foi aprovado por unanimidade.**

4 – DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA TERRA CHÃ

4.1 - Voto de Protesto à Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas (SPRHI), relativo à falta de limpeza no Conjunto Habitacional da Terra Chã.

Sr. d. m. Rómulo Correia: – Exmo. senhor presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exma. senhora presidente da Câmara e restante vereação, Exmos. senhores deputados.

Este voto de protesto já foi testemunhado e apresentado no início da nossa Assembleia Municipal pelo meu colega presidente da Assembleia de Freguesia da Terra Chã.

«A Junta de Freguesia da Terra Chã, entre outras, tem a seu cargo, a responsabilidade de zelar pela limpeza das ruas da freguesia ao abrigo do protocolo da delegação de competências da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Desde há vários anos, a zona do bairro social, agora denominado por Conjunto Habitacional da Terra Chã, está sob a responsabilidade da Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitações e Infraestruturas (SPRHI), que atribuiu à Junta de Freguesia, uma verba para que fosse feita a limpeza dos arruamentos, tarefa que foi sempre cumprida com elevado grau de satisfação dos habitantes da zona.

No entanto, alguns meses depois das últimas eleições autárquicas, a SPRHI entendeu não atribuir mais qualquer verba à Junta e assumir a responsabilidade de limpar as ruas do Conjunto Habitacional da Terra Chã, contratando para o efeito, um funcionário que estava ao serviço da própria Junta de Freguesia, a quem foram também atribuídas tarefas de manutenção das habitações.

O resultado prático desta situação é que, desde há longos meses não se vê qualquer tipo de limpeza nas ruas do referido conjunto habitacional, apesar dos inúmeros protestos da Junta de Freguesia apresentados à SPRHI, tendo sido, inclusivamente, aprovados por unanimidade na Assembleia de Freguesia, 2 votos de protesto sobre este assunto.

Para cúmulo, nenhuma das comunicações escritas enviadas pela Junta de Freguesia teve direito a resposta mas deu-se um caso em que a SPRHI respondeu com rapidez a uma carta enviada por um morador que se queixava, precisamente, da falta de limpeza das ruas ao redor da sua casa. Pior ainda, refere a SPRHI que a limpeza não é da sua responsabilidade.

Por fim, face à insistência da Junta de Freguesia, foi marcada uma reunião com um vogal do conselho de administração daquela empresa que se deslocou à Terra Chã. Para o efeito, nessa reunião foi dito ao presidente da Junta de Freguesia e ao presidente da Assembleia de Freguesia que a SPRHI ia enviar um ofício à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo dando conta de que não iria assumir mais a limpeza do bairro, passando essa responsabilidade para o município e, por arrastamento, para a Junta de Freguesia.

Mais ainda disse que seria melhor a Junta entender-se com a Câmara quanto a um acerto de verbas da delegação de competências pois, de sua parte, não tinha interesse nenhum em manter a situação como estava.

Na discussão que se seguiu, o representante da SPRHI afirmou sem rodeios que a Junta nunca deveria ter recebido dinheiro para limpar aquela zona e que isso só tinha acontecido porque era uma Junta do Partido Socialista.

Afirmou alto e a bom som que a Terra Chã tinha deixado de receber o dinheiro porque a Junta é agora do Partido Social Democrata, chegando mesmo ao ponto de dizer que não podíamos ser ingénuos e que já tinha deixado de acreditar no Pai Natal.

Como se não bastasse, justificou-se, dizendo que só fizeram aquilo que a tutela os mandou fazer. Entretanto, já se passaram mais de 2 meses e, do ofício para a Câmara, nem sinal, deixando-nos numa situação de impasse total.

Como consequência de tudo isto, a falta de limpeza no Conjunto Habitacional da Terra Chã ameaça tornar-se num problema de saúde pública, tão grande é imundície e desleixo que se pode verificar naquela zona.

É por tudo isto que a Junta de Freguesia da Terra Chã vem hoje apresentar perante esta Assembleia, um voto de protesto contra a atitude da Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitações e Infraestruturas (SPRHI), considerando terem sido violadas todas as regras de respeito para com a Junta e Assembleia de Freguesia e os habitantes da zona em causa, que não têm a menor culpa dos golpes de baixa política a que a Junta de Freguesia está sujeita.»

Isto foi apresentado na última Assembleia de 30 de abril de 2012.

Quero também dizer que este voto não é apresentado contra ninguém pessoalmente mas, sim, contra a SPRHI. Se for preciso, temos mais documentação para argumentar a respeito do que se tem passado ao longo de 2 anos, desde que assumiram a limpeza do bairro da Terra Chã.

Sr. d. m. João Santos: – Como todos sabemos este é um voto que vem da reunião da Assembleia Municipal passada e que, por minha sugestão, transitou para esta reunião. Em primeiro lugar gostaria de dizer que, atempadamente e não em cima da hora, recebi do senhor presidente da Junta de Freguesia toda a documentação que lhe solicitei na última reunião da Assembleia Municipal, que nos permitisse fazer uma avaliação mais apurada deste assunto.

Como disse na Assembleia Municipal passada e reafirmo, este voto tem acusações muito graves e o grupo municipal do Partido Socialista e eu em particular, tivemos todo o cuidado na análise e avaliação deste assunto.

Dando um saltinho para o fim, não nos é permitido concordar com este voto da forma como ele está, porque recebemos a documentação do senhor presidente da Junta de Freguesia mas recebemos também um conjunto de documentação da SPRHI, incluindo uma carta do senhor membro do conselho de administração da empresa, dirigida ao senhor presidente da Junta de Freguesia, refutando todas as acusações que lhe são feitas.

Não sei, não consigo apurar (e penso que também não é esse o nosso papel) de que lado está a verdade e não entendemos por bem fazer um julgamento à revelia, (porque o réu não está presente), sobre aquilo que poderá ter dito ou poderá não ter dito o vogal do conselho de administração da SPRHI, ainda mais quando, na carta dele, (que não vou ler agora), refere aquilo que disse mas de outra forma.

Para além do conteúdo, estaríamos aqui a julgar a intenção das palavras. Não digo que ele não disse, não digo que ele não disse com aquela intenção mas também não digo que disse.

Este voto, da forma como está apresentado, tem aqui pelo meio um julgamento à revelia e afirmações das quais não existe uma ata, não há um documento assinado nem uma assunção de culpa pelo próprio; há, pelo contrário, uma carta a refutar.

Somos levados a entender que a SPRHI não teve neste processo (se é que se pode dizer assim) a postura ou o comportamento que seria desejável, quer para a freguesia quer para o bairro em particular.

Pelo que nos foi possível analisar, entendemos que as coisas poderiam e deveriam ter sido conduzidas de outra forma. Achamos que a SPRHI, durante algum tempo, esteve em falta para com a Terra Chã a respeito de um serviço com o qual se tinha comprometido (se não declaradamente, por ser prática), que não cumpriu, prejudicando o trabalho programado da Junta de Freguesia que depois se veio a refletir na limpeza do bairro.

O que está e como está neste Voto é muito mais do que isto e é com isto que nós não concordamos; só com isto. Continuaremos certamente esta discussão mas é esta a primeira posição do grupo municipal do PS relativamente a este voto. Guardar-me-ei para outras intervenções na sequência da discussão para a qual queremos e pretendemos contribuir.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Julgo que, pelas explicações dadas pelos senhores presidentes, quer da Junta, quer da Assembleia de Freguesia da Terra Chã, pouco resta dizer quanto a este caso que é revelador de um conjunto de comportamentos e posturas que têm vindo ao conhecimento público, cada vez com mais frequência, nos últimos tempos.

São reveladores da presença em cargos da mais alta responsabilidade de pessoas que tratam a causa e a coisa pública como se de posses suas se tratasse, naquilo que se revela como o mais claro desrespeito pelas populações e pelos dinheiros públicos. Na nossa opinião, são sinais de um tempo cujo prazo de validade há muito já terminou.

Os senhores tiveram acesso a todas as informações, as mesmas que nós. Em 2003 o governo regional transferiu as moradias da urbanização da Terra Chã para a SPRHI. De 2007 a 2009, segundo um cronograma que me chegou às mãos, foi o período em que a SPRHI efetuou pagamentos à Junta de Freguesia da Terra Chã pelos serviços de limpeza prestados.

Em maio de 2009 surge o primeiro ofício da Junta de Freguesia da Terra Chã a solicitar esses pagamentos quando eles começaram a faltar. Em junho desse mesmo ano é remetido um ofício da SPRHI a suspender a comparticipação pela limpeza da freguesia e inicia-se a ação direta dessa mesma empresa na limpeza do bairro da Terra Chã com a contratação de um funcionário, situação que se manteve durante 2 anos até final de 2011 ou início de 2012.

Durante esses 2 anos a Junta de Freguesia foi comunicando sucessivamente a sua profunda insatisfação sobre a intervenção da SPRHI na limpeza do bairro, fruto também da insatisfação dos moradores.

A última reunião que decorreu entre a Junta de Freguesia da Terra Chã e a SPRHI foi em fevereiro de 2012 e em abril a SPRHI notificou a suspensão e que a colaboração com a Junta de Freguesia cessaria a partir de 15 de maio.

Há aqui várias questões em cima da mesa: primeiro, as ruas da urbanização da Terra Chã são arruamentos municipais; assim sendo, gostaria de saber o que levou a que, num período de tempo que coincidiu com uma determinada gestão autárquica da freguesia, houvesse uma ajuda significativa à limpeza do bairro por parte de uma empresa detida, na sua totalidade, pelo governo regional, um auxílio precioso à Junta de Freguesia da Terra Chã.

Gostaria de saber o que é que mudou objetivamente para que essa comparticipação para com a Junta de Freguesia da Terra Chã tivesse cessado. É isso que está na base da discussão e na troca, mais ou menos azeda, de palavras que foi aqui testemunhada também pelo senhor presidente da Assembleia de Freguesia da Terra Chã, pessoa idónea, no início dos trabalhos de hoje, no período reservado ao público.

Acho que isto é grave e qualquer autarca que estivesse em funções em qualquer outra Junta de Freguesia quando se deparasse com uma situação destas reagiria exatamente com a mesma indignação e revolta.

Um voto de protesto até é uma coisa branda porque há outro tipo de renúncias públicas que poderiam ter sido utilizadas, como o recurso à comunicação social ou a exposição mais ou menos mediática deste tipo de situações.

Achamos que esta situação não pode passar em claro, este Voto de Protesto é pertinente e estas situações não podem voltar a acontecer.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Convinha esclarecer se a Câmara já está a proceder à limpeza neste bairro ou se isto continua e se houve alguma comunicação por parte da SPRHI em relação à Câmara, dizendo se deixaria ou continuaria a efetuar a limpeza ou se a Câmara assumiu este trabalho.

Isso ajuda a trazer alguma luz a esta discussão, porque há aqui um conjunto de coisas que parecem inegáveis. A SPRHI pagou à Junta para fazer a limpeza, contratou um funcionário para o efeito e de repente deixou de pagar, aparentemente com uma justificação que terá sido dada a um membro da Junta e a um membro da Assembleia de Freguesia.

A gravidade da situação prende-se com a falta de limpeza e a origem de todo este processo. Se a própria SPRHI diz que é uma competência da Câmara, porque é que se meteu nisto? Tenho dúvidas porque é que esta empresa se meteu a construir um bairro, visto que foi criada para recuperar as casas sinistradas pelo sismo do Faial.

Foi esse o argumento apresentado na Assembleia Legislativa Regional para se constituir esta empresa pública; só depois é que o seu âmbito de atuação foi alargado para outras coisas.

A existência da própria SPRHI é uma espécie de chaga na administração pública regional por estas razões e pelas competências que foi assumindo e galgando por vontade da tutela ou por vontade própria quando teve na sua génese um objetivo muito concreto e específico que teve a ver com a catástrofe.

Numa das cartas que temos, a SPRHI até aduziu que não seria útil transferir verbas porque iria começar as obras do bairro, etc.

Há aqui um processo turvo, para não usar outra palavra, em que não se percebe o papel da SPRHI ou porque é que esta assume um papel que, supostamente, não é o seu. Não sabemos se a empresa protocolou com a Câmara ou preferiu fazê-lo diretamente com a Junta. Certo é que a situação foi mudando em prejuízo dos moradores da zona. Se tudo correu bem em determinada altura parece um castigo aos eleitores por terem mudado de Junta.

Se calhar o deputado João Santos tem razão quando diz que se está aqui a fazer um juízo de valor à revelia mas acabámos de votar por unanimidade um juízo de valor há 10 minutos; penso que esse não chocou ninguém.

Este está a chocar porque tem elementos que não são comprováveis mas o anterior juízo de valor, o Voto de Protesto que votámos há 10 minutos, também é argumentativo porque, se contrapusermos isso com os números da população e de audiências, nós é que não temos razão mas isso não é um serviço público.

Esta é uma empresa pública com fins públicos dos quais não se pode desviar em função de resultados eleitorais, de outros argumentos ou através de indicações da tutela.

Acho que há aqui uma matéria muito complicada e merecedora de um protesto por parte desta Assembleia Municipal, porque esta não é uma situação normal. Queremos acreditar que isto não acontece noutras freguesias da região e tratou-se de um lapso muito grande.

A dada altura, as coisas entraram num rodopio, do qual não se soube sair ou não houve a habilidade para endireitar. Foram ditas coisas que, se calhar, não deveriam ter sido ditas, eventualmente no calor de discussões, mas existem aqui coisas inegáveis: durante alguns anos houve uma transferência que deixou de existir.

A SPRHI contratou e utilizou os seus meios para assumir funções que, em teoria, não seriam as suas e não deu grandes explicações a ninguém quando decidiu parar com isso. Aparentemente, como se vê pelas reclamações que nos foram apresentadas, assume que já fez essa limpeza e até tem um funcionário mas a responsabilidade é da Junta de Freguesia.

Esta baralhada toda, porque é assim que a vejo, tem aqui um elemento externo, a SPRHI, que parece que veio desestabilizar uma situação que deveria ser tratada com a normalidade da delegação de competências como acontece noutros bairros.

Não sei se se passa algo deste género com o bairro do Lameirinho na freguesia da Conceição ou noutras freguesias até mesmo de outras ilhas onde existem bairros sociais.

Seria bom que aprovássemos este Voto de Protesto, para que eventuais situações idênticas noutras localidades venham ao de cima. Parece que algo não correu nada bem e ainda se mantinha, pelo menos à data em que esta proposta foi criada a 30 de abril.

Aparentemente ainda estava em falta um qualquer ofício da SPRHI, devolvendo à Junta de Freguesia da Terra Chã as competências que nunca deixaram de ser da Junta nem da Câmara, que não eram exigidas pela autarquia, mas sim pela Junta através de uma remuneração que vinha da SPRHI e não da Câmara, como seria normal através de um protocolo.

Na nossa opinião, isto merece um Voto de Protesto exatamente nestes termos em que foi apresentado e que relatam as evidências.

Sra. presidente da Câmara: – A Câmara Municipal tem delegação de competências com todas as juntas de freguesia. A questão da limpeza contempla a grande maioria mas não as contempla a todas. Por exemplo, são os Serviços Municipalizados que efetuam a limpeza da freguesia da Sé, não se justificando que a mesma se processe através de uma delegação de competências.

As delegações de competência para a limpeza dependem da quantidade de área municipal a ser limpa. Nesse contexto, as verbas transferidas variam bastante, situando-se na ordem dos 8 000 €, 8 104 € ou 10 000 €. No caso da freguesia da Terra Chã são transferidos 14 200 € através da delegação de competências.

A freguesia da Terra Chã é uma das 3 freguesias que mais recebe por conta da delegação de competências, especificamente para a limpeza de arruamentos municipais. Este espaço é um arruamento municipal e esta situação nunca se colocou até nos depararmos com este cenário. As transferências foram sempre efetuadas para as Juntas de Freguesia, incluindo a da Terra Chã que recebia também este valor extra por parte da SPRHI.

As verbas que são transferidas para as Juntas de Freguesia contemplam a limpeza de todos os arruamentos sem quaisquer exceções. O que havia aqui era uma Junta de Freguesia que recebia um valor extra com o qual estava a contar, independentemente de se tratar de uma transferência feita de forma regular ou não.

Não conheço os contornos desta situação a 100% e não sei onde teve a sua origem. O certo é que a Junta de Freguesia da Terra Chã contava com uma determinada verba no seu orçamento, tinha a sua contabilidade organizada e, de repente, depara-se com uma lacuna bastante grande no seu orçamento.

Respondendo agora à segunda parte da questão que me foi colocada, o senhor Rómulo já apresentou esta situação à Câmara. Há poucos dias falámos sobre essa situação e ele manifestou a dificuldade que tem em chegar ao bairro da Terra Chã. Em bom rigor existe uma delegação de competências para as vias municipais mas o senhor Rómulo depara-se com essa dificuldade devido a todo este cenário.

Foi falado que, dentro das possibilidades da autarquia, asseguraríamos alguma intervenção até ao próximo ano, altura em que esperamos que tudo isto esteja sanado por via de nova delegação de competências com uma afetação exata à área a limpar.

Sr. d.m. Guilherme Melo: – Queria dar o meu testemunho pessoal enquanto autarca que fui da freguesia do Porto Judeu durante 12 anos e lembrar-vos que apanhei o resto do governo do PSD e os governos seguintes do PS. Nos últimos tempos do PSD, uma vez fui muito mal recebido no departamento do Governo por alguém que era do meu partido, uma vez cheguei a protestar porque aquilo não eram maneiras de atender ninguém, muito menos por parte de um autarca em representação de uma freguesia.

Várias vezes durante os mandatos seguintes do PS, enquanto exerci as funções de presidente da Junta de Freguesia do Porto Judeu, fui objeto de práticas discriminatórias por diversas vezes, no sentido de, por diversas vezes, não ter sido convidado para certos eventos que havia na minha freguesia.

Como sabem, o Presidente da Junta é o representante daquela freguesia e, quer se goste ou não goste, deve estar presente nas cerimónias protocolares quer do Governo, quer da Câmara, na freguesia onde vai ocorrer esse evento. Com isto quero concluir que não me admiro que possa ter havido, por parte de alguma entidade, alguma prática discriminatória em relação aos autarcas.

Não conheço esse senhor, o vogal da SPRHI, que veio e contactou com os dois autarcas da Terra Chã mas conheço e vocês também conhecem o nosso presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã, o senhor Rómulo e o senhor Jorge Silva que é o Presidente da Assembleia de Freguesia.

Todos conhecemos a idoneidade destes senhores e sabemos que eles não escreveriam isso nem dariam testemunho das afirmações feitas por esse tal senhor se não fossem verdade. Se estivesse num tribunal, diria ao Juiz que acredito naquilo que o presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã afirmou no seu voto de protesto e no que disse o senhor presidente da Assembleia de Freguesia, mesmo sem conhecer o senhor vogal da SPRHI.

Já passei por isso e os senhores presidentes de junta decerto também já o sentiram porque já conversamos algumas vezes a esse respeito. A maior mágoa é a que sentimos quando sabemos que estamos a fazer o melhor pela nossa freguesia e não somos reconhecidos seja lá por quem for.

Faço o apelo para que dispam a vossa camisola partidária como homens e não se esqueçam do ditado que diz: «Não faças aos outros o que não gostarias que te fizessem.» Apelo para que nos esqueçamos dessas coisas mas que a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e os senhores presidentes de Junta possam firme e unanimemente dizer: isso não pode acontecer!

Este ditado açoriano nasceu na terceira: «Antes morrer livres que em paz sujeitos!» Temos que dizer basta com isto seja lá a quem for e temos de ser solidários! Em qualquer sítio acredito na idoneidade do senhor presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã e do senhor presidente da Assembleia de Freguesia da Terra Chã.

Sra. d. m. Carla Terra: – Fico realmente espantada em relação a este assunto e que coisas destas aconteçam nos dias de hoje.

Em primeiro lugar, não me interessa minimamente o que foi ou não foi dito pelo senhor. O que me interessa é que temos aqui factos que estão à vista de todos. Havia uma verba que foi transferida durante algum tempo e deixou de ser transferida. Agora expliquem porque é que deixaram de transferir a verba! Isso é que é um facto que tem que ser explicado.

A senhora presidente da Câmara diz que já transfere dinheiro para esta Junta de Freguesia para efeitos de limpeza e que é o terceiro maior valor transferido. Não consigo perceber porque é que a SPHRI transferia mais dinheiro para a Terra Chã quando ela já recebia dinheiro para a limpeza! Expliquem-me o porquê destas transferências em duplicado para limpeza.

Sr. presidente da Mesa: – A senhora deputada não está, naturalmente, a fazer nenhuma pergunta à senhora presidente nem aos senhores deputados; está a fazê-la à SPRHI e é a ela que se deve dirigir.

Sra. d. m. Carla Terra: – Talvez, mas o que estamos aqui a discutir é esta situação. Existem factos em cima da mesa que têm que ser esclarecidos de uma vez por todas. Não vamos andar para aqui a falar e a discutir se o senhor disse ou deixou de dizer porque existem factos que devem ser apurados até ao fim e isto é inconcebível!

É inconcebível que uma empresa pública disponibilize verbas desta forma sem critério nenhum. Tem de haver princípios de igualdade e de equidade na atribuição de verbas às freguesias. Isto não é assim!

Sr. d. m. Rómulo Correia: – O grupo parlamentar do Partido Socialista foi beneficiado mais uma vez na documentação que lhe foi entregue. O dito senhor que escreveu a carta, que todos podemos ler, mais uma vez está a faltar à verdade. Ele disse aqui na carta que mandaria a documentação a todos os grupos parlamentares mas acho que a mesma só foi entregue ao Partido Socialista e a mais ninguém; nem à Assembleia Municipal nem aos membros da Junta de Freguesia. É para verem a atitude do dito senhor!

Mais ainda, senhor João Santos: em 19 de maio de 2010 a Junta de Freguesia dirigiu um ofício à SPRHI a pedir a verba correspondente a 9 meses em que estivemos sem receber um escudo. Já disse ao senhor e continuo a dizer; ele deve à freguesia da Terra Chã 10 500 €.

Digo-lhe mais ainda: em 28 de julho de 2009, a anterior Junta de Freguesia da Terra Chã recebeu da SPRHI a guia nº 16 no valor de 3 000 €, a guia nº 17 no valor de 4 500 €, a guia nº 18 de 4 500 € e a guia nº 19 no valor de 3 000 €, o que dá um total de 15 000 €. Não sei se o senhor quer mais argumentos porque tenho mais alguns.

O dito senhor que escreveu à SPRHI obteve resposta e a Junta de Freguesia não. A SPRHI, para grande espanto nosso, em plena gestão da limpeza do Bairro Social da Terra Chã, o que é flagrante, diz aqui: «*Quanto ao facto alegado por V. Exa., que o bairro se encontra cheio de porcaria, informa-se que a SPRHI S.A. tem um funcionário apenas adstrito a casas e tarefas de limpeza. A qual (...) não é da sua competência, mas sim, uma competência da Junta de Freguesia da Terra Chã.*» Não sei se quer mais argumentos.

Sr. d. m. João Santos: – Eu não preciso de mais argumentos nem mais documentos, senhor presidente. O senhor deputado Luís Rendeiro conhece-me e os restantes deputados também. No dia em que eu achar que devo defender nesta casa alguma coisa em que não acredite, temporariamente ou definitivamente, levanto-me e saio... Espero que isso seja somente tosse e que não tenha nenhuma razão... Bom, eu de si não tenho.

O senhor deputado Nuno Melo Alves deve ter percebido mal o que eu disse. Estamos a comparar coisas que não têm comparação. Há pouco fizemos um julgamento à revelia. Não é uma questão de se fazer o julgamento à revelia; é a questão de não o fazer, sequer.

Pretendemos que não se faça desta Assembleia, um tribunal e que se julgue esta pessoa por supostas afirmações que ela fez. Penso que não devemos transformar isto num tribunal.

Quero também acrescentar que o senhor presidente da Junta de Freguesia e o senhor presidente da Assembleia de Freguesia da Terra Chã me merecem toda a consideração e não ponho em causa nada do que disseram.

Tenho outras afirmações que também não ponho em causa nem digo que são mais ou menos verdadeiras. Indo um pouco de encontro ao que disse a senhora deputada Carla Terra, estamos aqui a fazer um julgamento do que se disse ou não se disse.

Não pretendemos que se faça desta Assembleia um tribunal para julgar declarações. É isso que não aceitamos que conste do voto, independentemente de toda a idoneidade que eu próprio reconheço ao senhor presidente da Junta e ao senhor presidente da Assembleia de Freguesia. Não é isso que está em questão; o que está em questão é a função deste órgão para não fazermos disto um tribunal e julgarmos alguém no meio de um voto.

Já disse e já reconhecemos que o processo não foi bem conduzido. A postura da SPRHI não foi a que, na nossa opinião, devia ter sido e houve um claro prejuízo para a freguesia da Terra Chã devido a um processo que foi mal conduzido do qual a SPRHI não faz parte sozinha. Este processo não beneficiou a limpeza da Terra Chã, esteja a razão de que lado estiver.

Não sou eu que vou defender a SPRHI, não tenho respostas em nome da SPRHI, tal como penso que vocês também não terão; apenas estou a constatar factos pela documentação que recebi. Não me acusem porque o senhor vogal do conselho de administração disse que ia mandar a documentação, mentiu e não mandou.

Se ele disse que ia mandar e não mandou, então mentiu, eu concordo que ele mentiu e que não procedeu bem. Que é que querem que vos diga? Atenção, disse que ia mandar, não mandou, é mentiroso! Aqui também diz que não disse; não vamos por aí. Nós recusamo-nos a ir por aí.

Não sou advogado de defesa do senhor mas também me recuso a ser advogado de acusação numa situação que eu não presenciei e cuja única prova que tenho é a palavra de pessoas, por mais idóneas que elas sejam.

Peço desculpa ao senhor presidente porque entrámos nesta discussão e nos desviámos do que é importante. Desviámo-nos, senhor deputado! Passo a citar o que o senhor diz que disse: *«...os senhores fizeram, desde a primeira hora, uma leitura errada desta questão. Entenderam sempre que a suspensão desse serviço e do respetivo pagamento à Junta de Freguesia da Terra Chã era uma questão partidária, que tinha existido anteriormente com a Junta do PS e que tinha sido suspenso pelo facto de a Junta passar a ser do PSD. Isso tem feito com que, ao longo deste tempo, a vossa insatisfação seja constante em relação à nossa ação na limpeza do Bairro.»*

Foi isto que ele disse? Foi aquilo? Qual é a intenção que estava subjacente? Não sei. Não pretendo que seja isso que se discuta. Depois há uma outra frase e passo a citar: «*Senhor presidente, já não somos ingénuos. Já temos cabelos brancos e não acreditamos no Pai Natal. Os senhores têm sempre presente o pressuposto político nesta questão.*»

Foi isso que ele disse? Foi assim? Foi de outra maneira? O que é que estava subjacente? É isto que nós pretendemos que não seja julgado aqui. Há uma situação que foi criada em que a SPRHI era um dos intervenientes mas havia outros. Havia a Junta de Freguesia, havia a Câmara Municipal, quer seja pela delegação de competências, quer seja pelas competências que tinha de assumir num processo do qual a SPRHI faz parte que não foi bem conduzido como poderia ou deveria ter sido e teve consequências para a limpeza do Bairro.

É nisto que nós acreditamos, é isto que nós defendemos, recusamo-nos a fazer acusações e a transformar este órgão um tribunal para julgar alguém; foi só isso que eu quis dizer. Não está aqui presente mas poderia estar porque a nossa postura relativamente a isso seria a mesma. Condenamos o processo, não condenamos nem deixamos de condenar, deixamos fora desta discussão metade do conteúdo do voto que fala de uma conversa, sobre a qual há, e volto a repetir com toda a consideração, a palavra de 2 pessoas, que, para nós, não é menos idónea do que a de outros.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Há aqui uma coisa que nos parece evidente. Se a Câmara ao longo dos anos foi sempre mandando as verbas certas para a Junta de Freguesia, como achamos que deve ter mandado e como a senhora presidente afirmou, se todo o processo entre a Câmara e a Junta estava normalizado e o que havia agora era um apelo da Junta indicando que as verbas transferidas atualmente continuam a ser insuficientes, o que nos parece é que, das duas uma: ou a SPRHI teve a visão e a inteligência para perceber a insuficiência de verba, acabando por supri-la por sua iniciativa em complemento ao que a Câmara Municipal já dava à Junta, ou há outra razão pela qual a SPRHI mandou este dinheiro porque, meses ou anos depois, deixou de o fazer, contratando alguém para fazer a limpeza, constatando a necessidade de o fazer porque achou que, se calhar, os meios que a Junta estava a utilizar não seriam os mais adequados.

As suposições, as acusações ou relatos de situações que terão ocorrido no diálogo apenas servem de contexto e julgo que não põem mais ou menos em evidência aquilo que é factual, que é o cancelamento de um reforço que faz falta para a limpeza do Bairro e da freguesia toda porque as verbas transferidas pela Câmara, apesar de já serem das mais elevadas do concelho, aparentemente ainda são insuficientes.

O que está por esclarecer é o motivo do fim e ao abrigo de qual protocolo essa verba era transferida. Há pouco fiz uma pergunta e nenhum dos presidentes de Junta onde existem bairros sociais construídos ou geridos pela SPRHI se quis pronunciar sobre a receção desta verba.

Costuma dizer-se que quem cala consente e, pelo silêncio, deduzo que, provavelmente, não devam estar a ser beneficiados por este tipo de verba porque, senão não teriam nenhum problema em dizê-lo e testemunhar aqui que há um protocolo, que é uma situação legal e transparente e que não existe aqui nenhum fator de favoritismo.

Os factos são os seguintes: a verba parou, a limpeza não está a ser feita e não foi apresentada pela SPRHI nenhuma razão objetiva ou plausível para justificar essa situação.

As suposições ou as deduções que aqui estão plasmadas sobre os motivos ou as razões da cessação dessa transferência são conclusões legítimas e não um juízo, porque nenhum dos vogais é acusado e nem sequer é referido o nome do senhor ou da senhora.

O único nome que consta na correspondência é o da presidente que assina. Mesmo que fosse referido, não está lá ninguém a ser atacado ou a ser julgado; está em causa uma prática enquanto representante de uma empresa pública com responsabilidades na gestão do património construído e na reabilitação de habitações e infraestruturas conforme o seu nome indica. Esse senhor apenas faz as declarações em representação dessa empresa. Não é ele que está em causa, mas sim, a empresa que ele está a representar.

Quem pode colocar em causa a forma como ele representa essa empresa é a assembleia geral dessa mesma empresa, normalmente assumida por um membro do governo ou alguém indicado pelo governo que nomeia este conselho de administração. É esse o órgão que tem competência para julgar de uma forma mais direta se o que ele está a fazer é correto ou se está a representar indevidamente a empresa ao fazer este tipo de declarações.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Tentando não prolongar ainda mais o debate, gostaria de esclarecer o senhor deputado João Santos que isto não é um tribunal mas a prova testemunhal vale em tribunal desde que as testemunhas sejam credíveis, do mesmo modo que nós aqui, para votarmos, fazemos o nosso julgamento da bondade ou da falta dela nas propostas apresentadas. Não somos um tribunal mas também julgamos.

Em segundo lugar gostaria de deixar um esclarecimento que não foi prestado a esta casa: se as outras freguesias que também têm bairros sociais recebem apoios da SPRHI para efeitos de limpeza.

Gostaria de saber se a freguesia de S. Mateus ou a Conceição recebem ou alguma vez receberam apoios da SPRHI para procederem à limpeza dos bairros.

Esta questão é importante porque, a dada altura e num determinado contexto, a Terra Chã era uma freguesia importante com características especiais de dimensão, de complexidade social da população que mora naquele complexo habitacional e mereceu da SPRHI e do Governo Regional dos Açores, que é dono da totalidade do capital da empresa, um tratamento especial.

Relembro os ilustres deputados que em 2009, altura em que a SPRHI deixou de fazer as transferências e houve o ultimato eleitoral autárquico, o Governo Regional dos Açores ainda anunciava que a crise não havia de cá passar. Algum motivo teve que suceder para que essa participação da SPRHI à Junta de Freguesia da Terra Chã deixasse de existir. É isso que está aqui em causa.

O senhor deputado João Santos disse desde a primeira hora que estaria contra qualquer tipo de comportamento menos digno por parte de quem quer que fosse, no exercício de funções. Pergunto-lhe se, por proposta do grupo municipal do PSD, for retirado da recomendação, o parágrafo que se refere ao Pai Natal e se for também retirada a parte dos «... *golpes de baixa política a que a Junta de Freguesia está sujeita...*» e esta última frase for substituída por: «... *as circunstâncias a que a Junta de Freguesia está sujeita...* », o senhor deputado estaria disponível para votar o documento favoravelmente.

O senhor presidente da Junta de Freguesia da Conceição já disse que não recebia nenhuma verba da SPRHI. O representante da Junta de Freguesia de S. Mateus pode dizer-me se recebe alguma verba da SPRHI? Não está presente?

Sr. presidente da Mesa: – Não.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Essa resposta seria importante. Gostaríamos de saber se a SPRHI apenas transferia para a Terra Chã verbas que são importantes para o orçamento de uma Junta de Freguesia.

Sr. d. m. João Santos: – Senhor deputado Luís Rendeiro. Por isso é que eu lhe disse há pouco que esperava que a tosse fosse apenas tosse. Disse-lhe e reafirmo: insurgir-me-ei sempre contra qualquer medida discriminatória em função da cor política, da ideologia religiosa ou da ideologia clubística mesmo sendo o senhor do Futebol Clube do Porto.

Há pouco esqueci-me de acrescentar e identificar mais um ponto reprovável na atitude da SPRHI e o facto de, depois de ter sido feita despesa pela Junta de Freguesia da Terra Chã, vir dizer que já não assumia, inclusive, a despesa que já estava feita. Por isso, se for retirado o 4º e o 5º parágrafos e os «golpes de baixa política», nós votaremos favoravelmente o voto de protesto.

Mais ainda: indo de encontro ao que me disse, solicitamos autorização para fazer entrar agora na Assembleia uma Recomendação que passarei a ler com a devida autorização do senhor presidente da Mesa.

Sr. presidente da Mesa: – Continue.

Sr. d. m. João Santos: – Se forem retirados esses parágrafos, votaremos favoravelmente este voto e colocaríamos à votação a seguinte recomendação:

A Junta de Freguesia da Terra Chã tem, entre muitas outras, a responsabilidade de zelar pela limpeza das ruas da freguesia ao abrigo do protocolo de delegação de competências da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

A Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitações e Infraestruturas, apesar de não ser sua competência, comparticipava as despesas relativas à manutenção das zonas verdes e limpeza dos arruamentos do denominado Bairro Social da terra Chã.

Em junho de 2010, entendeu a SPRHI deixar de conceder a verba até aí atribuída para comparticipação dos trabalhos acima referidos. Considerando que essa comunicação só teve lugar quando a Junta de Freguesia apresentou a verba relativa ao ano de 2012, de janeiro a junho, já depois da despesa efetuada, o grupo municipal do Partido Socialista recomenda à SPRHI que regularize o pagamento que se considera em dívida.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – A última palavra quanto a este assunto será com certeza do senhor presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã que foi o autor do voto de protesto em causa.

Por parte do grupo municipal do PSD, concordo em absoluto com a sua nova recomendação. Se retirarmos o 4º parágrafo, o voto de protesto da junta de Freguesia fica descontextualizado e deixa de fazer sentido.

Estamos disponíveis para retirarmos o 5º parágrafo e a referência à baixa política mas não faz sentido retirarmos o 4º parágrafo.

Após efetuadas as alterações propostas, **o Voto de Protesto constante do Ponto 4.1 foi aprovado por unanimidade.**

5 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

5.1 – Recomendação do Partido Socialista, no sentido de ser solicitado à Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitações e Infraestruturas (SPRHI) que regularize o pagamento que se considera em dívida à Junta de Freguesia da Terra Chã, no que se refere à manutenção das zonas verdes e limpeza dos arruamentos do Bairro Social da Terra Chã. O mesmo grupo municipal recomenda ainda que todos os envolvidos, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Junta de Freguesia da Terra Chã, SPRHI, moradores da freguesia em geral e do denominado Bairro Social em particular, façam todos os esforços para que a freguesia mantenha os padrões de asseio e limpeza que se requer e que os seus habitantes merecem.

Não se registando quaisquer intervenções e posta à votação, a **Recomendação constante do Ponto 5.1** foi aprovada por unanimidade.

O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações.

Sr. d. m. Vasco Capaz: – Antes da votação da minuta, permitam-me que faça uma pequena lembrança, solicitando a vossa aprovação para esta minha sugestão. Amanhã é o dia do aniversário do presidente da Mesa da Assembleia, doutor Ricardo Barros. Dizem que pode haver algum azar quando se dão os parabéns antes do dia mas não haverá azar porque já passa da meia-noite. Já estamos no dia.

Não sei se a Junta de Freguesia terá por aí algumas velinhas para apagar. Se tiver, cantamos os parabéns no local mais adequado. De uma forma menos exuberante e manifestando a amizade e o respeito que todos temos pelo presidente da Mesa, peço-vos uma salva de palmas.

Além da salva de palmas, todos os senhores membros da Assembleia cantaram os parabéns ao senhor presidente da Mesa, Dr. Ricardo Barros.

Sr. presidente da Mesa: – Muito obrigado. São só 49 porque há 11 anos que mantenho a mesma palavra.

Posta à votação, a minuta das deliberações foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas 00H30M do dia 20 de junho de 2012, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz